BANCO CENTRAL COM A INDICAÇÃO DE GABRIEL GALÍPOLO PARA O LUGAR DE ROBERTO CAMPOS NETO, A INSTITUIÇÃO TERÁ, ENFIM, UM PRESIDENTE INDEPENDENTE

CHINA WUHAN, EPICENTRO DA PANDEMIA DE COVID-19, REINVENTA-SE E PROSPERA COMO CENTRO DE INOVAÇÃO, PESQUISA E ALTA TECNOLOGIA

CartaCapital

CartaCapital 30 ANOS

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1326
R$ 31,90
4 DE SETEMBRO DE 2024



basset editora

O APRENDIZ

PABLO MARÇAL HABILITA-SE A SUPERAR BOLSONARO COMO **"MITO"** DA EXTREMA-DIREITA



Conheça mais sobre a Fenae, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

Acesse e saiba mais::



/fenaefederacao



@fenaefederacao


www.fenae.org.br


/company/fenae-federacao


(61) 98142 8428

CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

4 DE SETEMBRO DE 2024 • ANO XXX • Nº 1326

De ditador a presidente eleito, ele modernizou as relações econômicas e sociais no País. Pág. 30

6 A SEMANA

Seu País

18 POSTALIS O aporte dos Correios adia a falência do fundo, mas o custo aos associados é grande

23 LUIZ GONZAGA BELLUZZO

24 ELEIÇÕES Dominada por mulheres, a disputa em Aracaju destoa do cenário nacional, onde homens brancos dão as cartas

28 OPINIÃO Os incêndios devastadores provam o fracasso do governo Lula no enfrentamento dos problemas ambientais

30 ESTADISTA Há 70 anos os donos do poder tentam apagar a herança de Vargas

Economia

34 AMAZÔNIA É possível conciliar desmatamento zero e atividade econômica no bioma mostra estudo

Nosso Mundo

38 CHINA Famosa pela pandemia, Wuhan prospera como polo de inovação

42 UCRÂNIA A guerra amplia os riscos de desastre mais letal que Chernobyl

46 REDES As plataformas digitais eliminam as últimas barreiras contra a desinformação

10 CAVALO DE TROIA

PABLO MARÇAL EMBARALHA O CENÁRIO ELEITORAL EM SÃO PAULO E AMEAÇA A HEGEMONIA DO CLÃ BOLSONARO NA EXTREMA-DIREITA



Plural

48 CATÁLOGO DE CENÁRIOS

A EMBRATUR E O MINC TENTAM CRIAR UMA POLÍTICA PARA TRANSFORMAR O BRASIL EM LOCAÇÃO DE FILMES E SÉRIES

52 THE OBSERVER Gary Oldman, com seus truques e dramas 54 RESENHA As nuances do “sim” e do “não” 56 LIVRO Luis Nassif junta as peças da conspiração da Lava Jato 57 AFONSINHO 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto, Evaristo Sá/AFP e Marina Uezima/AFP

HARLINGUE/ROGER-VIOLLET/AFP E MICHELE ROTH

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos





CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



MORAES E OS RITOS


Acostumado a ver o *Jornal Nacional*, a *Folha de S.Paulo* e outros veículos da grande mídia publicarem notícias distorcidas para atender os anseios do grande capital, acho que agora chegaram ao extremo. Sorte a nossa que não desestabilizaram nossas instituições como pretendiam. Cabe ao STF agora agir rápido, muito rápido. Ou faz isso ou eles bagunçam este País, cuja democracia sofre facadas e tiros desferidos impiedosamente por essa mídia viciada e irresponsável.
Reginaldo Araújo Costa


A *Folha de S.Paulo* sempre esteve a serviço das elites brasileiras e do capitalismo feroz. Se um governante fizer política social, ela será contra. Nem o STF esse jornalismo perdoa. Não há nada irregular no compartilhamento de informações e nas trocas de ofícios. Se o ministro Alexandre Moraes não agisse, estaria prevaricando. Como agiu em relação ao bolsonarismo, agora ele é um "ditador"? Ora, sra. *Folha*, respeite seus leitores e não transforme uma *fake news* em furo de reportagem. Moraes é o guardião da Constituição e, se não fosse por ele, hoje não estaríamos em uma democracia. Este jornal poderia até já estar fechado.
Paulo Sergio Cordeiro Santos

LIMITES À CHANTAGEM


Os vampiros encastelados no Congresso Nacional andam alvoroçados com as ações de Flávio Dino, destinadas a clarear a escuridão do orçamento secreto. O Executivo, com um orçamento anêmico, sugado pelas ações vampirescas de deputados e senadores, enfrenta dificuldades para concretizar políticas públicas necessárias ao desenvolvimento estratégico do País e à redução das injustiças sociais.
Williams Costa Cantanhede

BLINDAGEM FURADA


O professor Carmona tem razão, assim como o deputado Quaquá. O Brasil precisa voltar a produzir blindados, mesmo que seja para consumo próprio. Ou alguém acha que vamos, por exemplo, exportar submarinos nucleares? A indústria de defesa já foi extremamente importante no PIB brasileiro e rendeu uma das maiores empresas aeronáuticas mundiais, a Embraer. Temos a capacidade e a possibilidade. Falta apenas a vontade de ter uma indústria competitiva.
Cesar Augusto Hulsendeger

SE A FLORESTA VOTASSE...


Éder Mauro representa a destruição não só da floresta, mas também da moralidade e ética. Triste fim será de Belém do Pará.
Dri Lima


Como belenense, me sinto especialmente triste com essa possibilidade. Mas a culpa de tudo isso é também do atual prefeito, que não soube conduzir um trabalho de comunicação para as massas de modo que estivesse pronto para sua reeleição. Quem sofre é o povo de Belém, com a possibilidade de ser conduzido por um ser antagônico a tudo que é positivo para a cidade e seus habitantes.
Rodrigo L. Lopes

ERRATA

O estudo da pesquisadora Roberta Fernandes não foi encomendado pela Fundação Casa, como incorretamente informado pela reportagem "Corrida de obstáculos", publicada na edição 1325 de CartaCapital. *Na verdade, os resultados foram obtidos pela especialista por meio de uma pesquisa sobre reincidência juvenil realizada através da PUC Minas e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.*

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

SOS Pacífico

António Guterres, secretário--geral das Nações Unidas, apresentou na terça-feira 27 um relatório que constata a elevação acelerada do nível do mar em ilhas do Oceano Pacífico. Segundo a Organização Meteorológica Mundial, o nível na região subiu 15 centímetros no intervalo de 30 anos. A média global foi de 9,4 centímetros. "As populações, economias e ecossistemas de toda a região sudoeste do Pacífico são muito afetados pelos efeitos em cascata da mudança climática", afirmou no documento a secretária-geral da OMM, Celeste Saulo. "É cada vez mais evidente que estamos ficando sem tempo para reverter a maré."



As chamas alastram-se por vários estados

Incêndios/ Um novo "Dia do Fogo"

O governo federal desconfia de ação criminosa nos estados

Crescem as suspeitas no governo federal de que nada foi por acaso nos incêndios simultâneos e destruidores no interior de São Paulo e em outros estados. Após uma reunião com o presidente Lula no domingo 25, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, chegou a compará-los ao "Dia do Fogo", ação orquestrada por fazendeiros na Amazônia em 2019. "Tem uma situação atípica. Você começa a ter em uma semana, praticamente em dois dias, vários municípios queimando ao mesmo tempo. Isso não faz parte da nossa curva de experiência na nossa trajetória de tantos anos de abordagem do fogo", afirmou a ministra. Em São Paulo, o número de focos de incêndio, mais de 2,3 mil, é 42% maior do que o recorde anterior, registrado em 2010. Lula também se pronunciou, na rede X. "Significa que tem gente colocando fogo de maneira ilegal, uma vez que todos os estados do País já estão avisados e proibiram o uso de fogo de manejo", escreveu o presidente. "A Polícia Federal vai investigar e o governo vai trabalhar com os estados no combate aos incêndios." A PF deu início a 31 investigações e três suspeitos de provocar as queimadas foram presos em Batatais, São José do Rio Preto e em Goiás. Dois funcionários de uma usina em Urupês, interior paulista, morreram enquanto combatiam o fogo. Houve bloqueio total ou parcial de estradas e restrições a atividades no aeroporto. A fumaça deu um toque lúgubre à festa do peão em Barretos, onde o agro celebra suas fivelas de ouro e suas camionetes 4x4 e pranteia suas dores de corno. Ficou difícil saber se os frequentadores sofriam de amor ou de problemas respiratórios.

BC/ Independente de fato

Gabriel Galípolo é escolhido para substituir Roberto Campos Neto

O presidente Lula anunciou na quarta-feira 28 a indicação de Gabriel Galípolo para o comando do Banco Central a partir de 2025, em substituição ao bolsonarista Roberto Campos Neto. Atual diretor de Política Monetária da instituição, Galípolo vinha a ser preparado para o desafio desde a posse do petista. Aos 42 anos, foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda nos primeiros meses do atual governo e presidiu o Banco Fator. Ainda não há data para a sabatina no Senado que irá (ou não) confirmar a sua nomeação. Jornalistas econômicos informaram, de forma generalizada, que a escolha, esperada, teria sido bem recebida pelos agentes do mercado. Mas há sempre um senão, uma lição a dar. Quem voltou a exercer o papel de garoto de recados da Faria Lima foi o ex-presidente do BC Armínio Fraga. Em entrevista, Fraga disse temer o risco de repetição do "voluntarismo" da administração Dilma Rousseff. Meses atrás, aconselhou Galípolo a "não se meter a besta". A ilação parece conversa de comadres. Nada se fala a respeito de Campos Neto, primeiro presidente da instituição


Galípolo não é refém da Faria Lima

após a aprovação da independência. O neto de Bob Fields conspurcou o cargo ao manipular de forma ideológica as expectativas, cevar o terrorismo econômico e manter as taxas de juros em patamar injustificável. O medo de Fraga reflete, no fundo, um fato: enfim o Banco Central terá um presidente e uma diretoria independentes, principalmente da influência da turma da bufunfa.

Barreira superada

Pela primeira vez na história, o governo federal liberou, na quarta-feira 28, o serviço militar feminino. As mulheres que completarem 18 anos em 2025 poderão se alistar nas Forças Armadas, de forma voluntária, entre os meses de janeiro e junho do próximo ano. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, havia antecipado a novidade há algumas semanas, após uma reunião com comandantes militares. Ao serem incorporadas às tropas, elas estarão sujeitas aos mesmos direitos, deveres e penalidades previstos na carreira. Publicado no *Diário Oficial da União*, o decreto "reforça a máxima de que o lugar da mulher é onde ela quiser", celebrou Lula.

Caso Marielle/ DENTRO E FORA

DECISÕES DIFERENTES PARA DOMINGOS E CHIQUINHO BRAZÃO

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça indeferiu, por unanimidade, o pedido de *impeachment* do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, Domingos Brazão. A decisão mantém Brazão no cargo, apesar de ele estar preso desde 24 de março, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018.

O pedido de *impeachment* foi protocolado por deputados e vereadores do PSOL do Rio de Janeiro. O relator do pedido no STJ, Raul Araújo, argumentou, porém, que a suposta autoria intelectual de um homicídio não se enquadra como crime de responsabilidade. Foi acompanhado no voto pelos demais ministros do tribunal.

No mesmo dia em que a decisão veio a público, o deputado Chiquinho Brazão, irmão de Domingos e também preso por envolvimento na morte de Marielle, ficou mais próximo de perder o mandato. Por 15 votos a um, o Conselho de Ética da Câmara recomendou ao plenário a cassação do parlamentar. Gutemberg Reis, do MDB fluminense, foi o único a votar contra o parecer da relatora Jack Rocha, do PT capixaba.


Os irmãos seguem presos no Rio de Janeiro

MICHEL JESUS/AGÊNCIA CÂMARA, ACERVO/ALERJ, RENATO ARAÚJO/AGÊNCIA BRASILIA E ELIO RIZZO/BANCO CENTRAL DO BRASIL

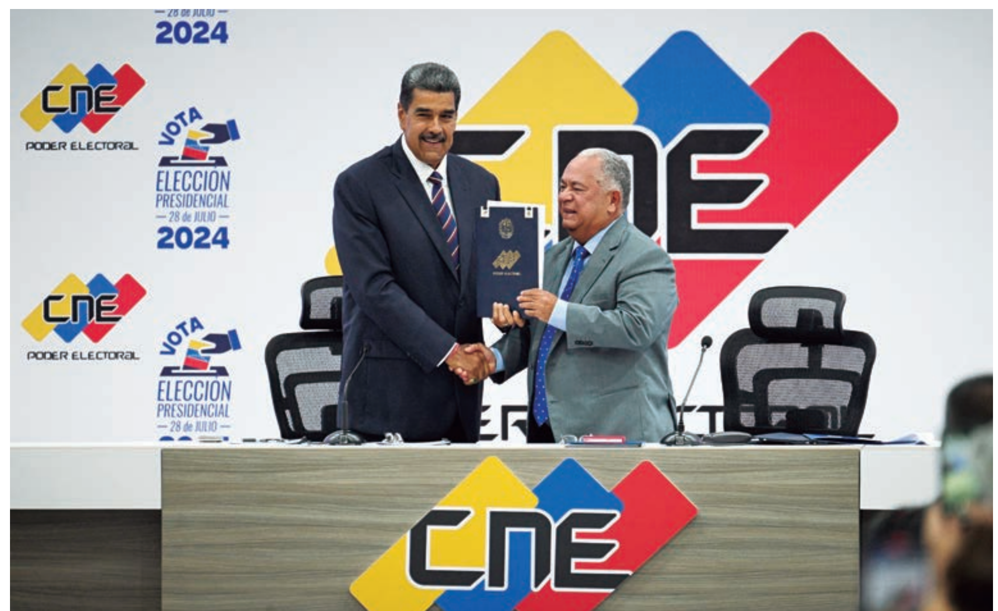
Sob nova direção

Gustavo Pimenta, vice--presidente de Finanças, assumirá o comando da Vale a partir do próximo ano, decidiu o conselho de administração da mineradora. Pimenta vai substituir Eduardo Bartolomeo, que está à frente da empresa desde março de 2019. O governo, acionista da companhia, tentou emplacar, sem sucesso, o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, mas a indicação foi sabotada por outros sócios. Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, afirmou recentemente que "nunca houve ingerência" de Brasília no processo sucessório.

Venezuela/ Sem diálogo

Maduro, apoiado pelas Forças Armadas, opta pelo isolamento

Após sugerir, em vão, novas eleições, o presidente Lula voltou ao ponto de partida em relação à Venezuela. No sábado 24, divulgou uma nota conjunta com o colega colombiano, Gustavo Petro, na qual pede a divulgação das atas eleitorais. "Ambos os presidentes permanecem convencidos de que a credibilidade do processo poderá ser restabelecida mediante a publicação transparente dos dados desagregados por seção eleitoral e verificáveis", afirma o texto. Continua estranho, para dizer o mínimo, o desenrolar dos acontecimentos. O Superior Tribunal de Justiça venezuelano realizou uma auditoria em tempo recorde, constatou a vitória de Nicolás Maduro nos termos anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral, mas decretou segredo do processo, o que impede a divulgação das informações do escrutínio solicitadas por Lula e Petro. A oposição continua a reivindicar a vitória nas urnas e mantém a mobilização nas ruas. As Forças Armadas reafirmaram a lealdade a Maduro, enquanto o Ministério Público e o governo promovem um cerco aos adversários do presidente. Antagonista de Maduro na disputa, Edmundo González foi novamente convocado a depor em um inquérito que investiga os crimes de usurpação de funções da autoridade eleitoral, falsificação de documentos oficiais e incitação de atividades ilegais, entre outros. González recusou-se a comparecer no primeiro depoimento. Caso ignore três convocatórias, a Procuradoria-Geral está autorizada a emitir uma ordem de prisão. Integrante do CNE indicado pelos opositores, Juan Carlos Delpino afirmou em entrevista a *The New York Times* que houve irregularidades no processo eleitoral. Chamado de "traidor da pátria" por chavistas, Delpino acabou exonerado das funções no conselho.



Diplomado, Maduro ignora os apelos externos por transparência, projeta o próximo mandato e cerca os opositores

Gaza/ A carnificina não para

O acordo de cessar-fogo continua uma quimera

Enquanto mantém um jogo de provocações com o Hezbollah na fronteira com o Líbano, Israel continua a aniquilar vidas na Faixa de Gaza. Na manhã da terça-feira 27, ataques com mísseis a Deir el-Balah e Khan Younis fizeram outras 20 vítimas. O total de mortos ultrapassou faz tempo a marca dos 40 mil. Negociadores dos Estados Unidos insistem na tese de avanços nas negociações por um cessar-fogo, mas faltariam "detalhes", a começar pela lista de reféns e prisioneiros a serem trocados. Para o Hamas, Washington participa de um teatro cujo objetivo é dar mais tempo às tropas israelenses para completar o genocídio no enclave palestino. Segundo Bassem Naim, integrante do grupo armado, o Hamas não está disposto a aceitar as novas condições impostas pelo primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu. Tel-Aviv recusa-se a desocupar a Faixa de Gaza, mesmo por etapas. Quer manter indefinidamente o controle da fronteira com o Egito e de dois corredores que cortam o território, sob o pretexto de inibir a circulação de armas e a reorganização dos "inimigos". Netanyahu só presta contas à extrema-direita do país, força que o mantém no poder e adia seu encontro com a Justiça.



Em Gaza, a população só tem a morte no horizonte

O Estado sou eu

Sem conseguir montar uma coalização liberal para governar a França, o presidente Emmanuel Macron decidiu extrapolar os limites de seu poder. Na segunda-feira 26, Macron recusou-se a nomear como primeira-ministra Lucie Castets, da "Nova Frente Popular", bloco de esquerda que elegeu o maior número de parlamentares nas últimas eleições, apesar de ter ficado longe de uma maioria absoluta. As lideranças da NFP acusam o presidente de ser um autocrata e ameaçam ingressar com um pedido de *impeachment*. "A resposta popular e política deve ser rápida e firme", publicou nas redes sociais Jean-Luc Mélenchon, da França Insubmissa, principal partido da Nova Frente Popular.

Big Tech/ NEM TUDO É PERMITIDO

PAVEL DUROV, DO TELEGRAM, É PRESO NA FRANÇA

Acusações de *cyberbullying*, tráfico de drogas, crime organizado e promoção do terrorismo levaram à detenção de Pavel Durov, fundador e principal executivo do aplicativo de mensagens Telegram, o preferido da República de Curitiba, em um aeroporto nos arredores de Paris. Chamado de "Zuckerberg russo", Durov nasceu em São Petersburgo e se tornou uma das tantas figuras caricatas do universo da tecnologia. Gaba-se, entre outros feitos, de ter mais de cem filhos biológicos ao redor do mundo, por ter doado esperma quando mais jovem e menos rico. Deixou a Rússia em 2014 por se negar a aceitar regras do governo impostas à sua primeira plataforma, a VK. O Telegram foi criado em 2018 e por muito tempo alimentou a fama, infundada, como aprenderam Sergio Moro e companhia, de ser inviolável. Seu patrimônio é calculado em 15,5 bilhões de dólares. Ao jornal britânico *The Guardian*, um investigador francês declarou: "Chega de impunidade". Em comunicado, o Telegram rechaçou as acusações. A rede diz cumprir as leis da União Europeia e que seu diretor-executivo não tem nada a esconder e viaja com frequência pelo continente. As divergências com o governo russo aparentemente ficaram no passado. O Kremlin criticou a prisão e ofereceu apoio a Durov.



O bilionário é acusado de burlar as normas europeias

REDES SOCIAIS, FEDERICO PARRA/AFP E EYAD BABA/AFP



CAVALO DE TROIA

PABLO MARÇAL EMBARALHA A DISPUTA PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO E AMEAÇA A HEGEMONIA DE BOLSONARO NO CAMPO DA EXTREMA-DIREITA

por MARIANA SERAFINI E RODRIGO MARTINS

O desfile com uma matilha de motoqueiros pela Zona Leste de São Paulo não foi exatamente como Pablo Marçal sonhava. Até pouco tempo, o *coach* acreditava ser possível pular na garupa de Bolsonaro após escalar as pesquisas de intenção de voto na capital paulista. Ao alcançar o prefeito Ricardo Nunes, candidato à reeleição pelo MDB com o apoio do ex-presidente, Marçal passou a ser visto, porém, como uma ameaça à hegemonia política do capitão na extrema-direita. De fato, o triunfo deste denodado soldado bolsonarista na cidade mais rica e populosa do País não seria exatamente um presente. Inelegível até 2030, Bolsonaro talvez esteja diante de um possível substituto, mas com luz própria. Não por acaso, o antigo aliado já é apontado por analistas como seu Cavalo de Troia.

Como é de conhecimento até do mundo mineral, Cavalo de Troia foi o astuto estratagema usado pelos gregos para despistar os sentinelas e invadir, sem reação, a fortificada cidade inimiga há mais de 3 mil anos. É também o apelido de um famoso *malware* que sequestra dados confidenciais de usuários de computadores. Esse aplicativo malicioso era utilizado por uma quadrilha desbaratada pela Polícia Federal em 2005, no curso da Operação Pégasus. Então com 18 anos, Marçal associou-se ao bando. Além de fazer a manutenção dos PCs usados pelos criminosos, ele operava um programa responsável por captar *e-mails* de potenciais vítimas, induzidas a clicar em *links* de *sites* que instalavam o vírus para roubar seus dados bancários. Após delatar comparsas, o então técnico de informática foi liberado pela PF para responder ao processo em liberdade. Condenado a 4 anos e cinco meses de reclusão por furto qualificado em 2010, beneficiou-se da letargia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que tardou a julgar um recurso da defesa. Em razão da demora, houve prescrição punitiva. Mesmo culpado, Marçal livrou-se do cumprimento da pena.

O EX-*COACH* CRESCEU NAS PESQUISAS E PODE TIRAR RICARDO NUNES, APOIADO PELO CAPITÃO, DO SEGUNDO TURNO

Hoje, o *coach* é o candidato mais rico a disputar a prefeitura paulista. Sua ascensão financeira é tão nebulosa quanto as declarações patrimoniais entregues à Justiça Eleitoral. Inicialmente, afirmou possuir bens avaliados em 193,5 milhões

Para boa parte dos eleitores bolsonaristas, Marçal é um denodado soldado da seita, ao passo que o prefeito é visto como um oportunista, um envergonhado afilhado do ex-presidente



SAULO DIAS/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP E ANDRÉ BUENO/CÂMARA SP

de reais. Após o portal UOL revelar que Marçal não incluiu uma empresa da qual é sócio e subvalorizou outras duas, uma omissão de 22 milhões, o candidato retificou sua declaração. Sem acrescentar a empresa omitida, retirou da lista de bens dois investimentos em letras de crédito. O valor atualizado ficou menor, 169,5 milhões. Ainda assim, teve uma formidável evolução patrimonial nos últimos dois anos. Nas eleições de 2022, quando disputou uma vaga na Câmara dos Deputados, afirmou à Justiça possuir 96,9 milhões de reais. De lá para cá, a riqueza cresceu 74%.

Marçal se apresenta como um *self-made man*. Dois anos após a prisão por envolvimento na "maior quadrilha de piratas da internet brasileira", como a *Folha de S. Paulo* definiu à época – a Operação Pégasus resultou no cumprimento de 105 mandados de prisão –, conseguiu emprego no *call center* da Brasil Telecom. Em seis anos, teria chegado ao posto de gerente de









As companhias de Marçal são de arrepiar. O colega de academia Renato Cariani é réu por tráfico de drogas. O candidato posou para fotografia com irmão de líder do PCC. Já o presidente do seu partido, Leonardo Avalanche, gabou-se de ser o responsável pela libertação do traficante André do Rap durante uma conversa, que foi gravada secretamente

operação da companhia telefônica, de onde saiu para investir no mercado imobiliário. Após conquistar seu primeiro milhão, passou a vender cursos de empreendedorismo, além de livros de autoajuda.

Foi assim, vendendo sonhos de rápida ascensão financeira, que fez fortuna e colocou em perigo vários de seus seguidores com seus heterodoxos métodos de treinamento de líderes. Até hoje responde a um processo criminal por ter conduzido, na primeira semana de 2022, cerca de 60 alunos ao topo do Pico dos Marins, no interior de São Paulo, em condições climáticas adversas, com frio intenso e visibilidade reduzida. Contrariando os alertas de guias, deu seguimento à expedição destinada a forjar "generais do topo" e o Corpo de Bombeiros precisou ser acionado para socorrer 32 desaparecidos, já com sinais de hipotermia. Em junho de 2023, um de seus funcionários, Bruno da Silva Teixeira, de 26 anos, não teve a mesma sorte. Perdeu a vida após participar de uma "maratona surpresa" de 42 quilômetros, organizada pela Plataforma Internacional, ligada ao *coach*. Na verdade, ex-*coach*. Hoje, Marçal se apresenta como um *Chief Visionary Officer*, seja lá o que o pomposo título autoconferido queira dizer.

O "visionário" conquistou a confiança dos bolsonaristas ao usar suas redes sociais para propagar a delirante história de que os governos petistas distribuíam "kit gay" nas escolas, uma das principais *fake news* das eleições de 2018, e ao sabotar as medidas de isolamento social durante a pandemia. De lá para cá, só parou de bajular Bolsonaro quando tentou se candidatar à Presidência da República em 2022, mas dirigentes do seu antigo partido, o PROS, desistiram de lançá-lo candidato e o Tribunal Superior Eleitoral se encarregou de sepultar de vez o projeto, ao negar o registro da candidatura. A reconciliação com o capitão veio a galope.

Bolsonaro nunca escondeu que Nunes não era o seu candidato dos sonhos em São Paulo. Preferia lançar Ricardo Salles, seu ministro boiadeiro, mas acabou convencido pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que era mais seguro apostar na reeleição do prefeito. Era, até Marçal embaralhar o jogo. Para boa parte dos eleitores do capitão, o ex-*coach* é um bolsonarista raiz, que realmente defende as bandeiras do grupo, enquanto Nunes seria um oportunista, um aliado envergonhado do capitão. Precisa dos votos da turma, mas mantém a pose de moderado para escapar

da elevada rejeição a Bolsonaro na cidade. Em pesquisa divulgada na quarta 28, a Quaest confirmou a ascensão de Marçal na corrida pela prefeitura. Ele figura com 19% das intenções de voto, o mesmo porcentual de Nunes. Apoiado por Lula, Guilherme Boulos, do PSOL, está numericamente à frente, com 22%. Tecnicamente empatados, os três são seguidos à distância por José Luiz Datena, do PSDB (12%), e por Tabata Amaral, do PSB (8%) .

O clã Bolsonaro sentiu o golpe e acionou a artilharia contra o antigo aliado. "Falta caráter ao Marçal. Ele me esculhambava até perto da eleição de 2022. Dizia que a diferença entre Lula e eu se resumia a um dedo e me chamou de 'quadrilheiro'. Poucas semanas depois, quando não pôde ser candidato à Presidência, mudou de lado na reta final da campanha", queixou-se o patriarca, em entrevista ao portal Metrópoles. O filho Zero Três, Eduardo Bolsonaro, aproveitou as denúncias de envolvimento de dirigentes do PRTB com líderes de uma facção criminosa para fustigar o ex-*coach*. "Muita gente reclama do PL, mas todo partido tem os seus problemas. E graças a Deus o do PL não é por envolvimento com droga ou PCC."

Inicialmente, Marçal tentou contemporizar, depois passou a retaliar os ataques do núcleo familiar, inclusive com o compartilhamento de uma foto de Bolsonaro com uma mãozinha branca sobreposta ao nariz do ex-presidente, insinuando que ele seria um usuário de cocaína – mesma ilação leviana que fez contra Boulos em um debate, no qual chamou o psolista de "aspirador de pó" e ainda gesticulou pressionando uma de suas narinas.

A troca de farpas repercutiu negativamente entre os militantes da extrema-direita, que reconhecem Marçal como um denodado soldado da seita, e o clã Bolsonaro viu-se forçado a recuar. "Esse acovardamento mostra o tamanho do perigo. Diferentemente de outros desafetos do capitão, como Joice Hasselmann, Gustavo Bebianno e o general Santos Cruz, o *coach* não cresceu na aba de Bolsonaro. Todos esses outros que mencionei caíram no ostracismo, foram excomungados. Marçal tampouco é um competidor, como já foi no passado o então governador João Doria. Ele é visto como um possível substituto de Bolsonaro. É por isso que o ex-presidente e seus filhos ficaram tão ouriçados", observa o cientista político Claudio Couto, professor da FGV de São Paulo. "Se Marçal triunfar, ele se cacifa para 2026."

INELEGÍVEL ATÉ 2030, BOLSONARO SE DEPARA COM UM POSSÍVEL SUBSTITUTO, MAS COM LUZ PRÓPRIA

Para João Feres Jr., professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj e coordenador do Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública (Lemep), Bolsonaro tem motivos para temer a perda de protagonismo político. "Existe uma certa competição na direita brasileira pelos eleitores do capitão. Ele se mostrou um excelente puxador de votos em 2018 e 2022. Provocou o chamado *coattail effect* – efeito rabo de casaco, na expressão em inglês –, arrastando muitos candidatos com ele. Ajudou a eleger grande número de parlamentares e governadores. Mas o Marçal é um intruso nessa competição. Veio de fora do sistema político para disputar esse espólio. Não foi ungido por Bolsonaro, mas está avançando sobre o seu rebanho."

Segundo o mais recente relatório do Monitor do Debate Público, projeto do Lemep/Uerj que consulta a opinião de eleitores sobre os temas políticos mais relevantes da semana, Marçal conta com a simpatia da maior parte dos bolsonaristas. Entre os "convictos", existe até alguma divisão. Alguns elogiam a postura combativa de Marçal, enquanto outros o veem como oportunista. Entre os "moderados", o ex-*coach* é visto como uma promessa, um político inteligente e com uma autenticidade semelhante àquela de Bolsonaro no início de sua carreira. "Apesar de o ex-presidente não o apoiar, por ter outro candidato, Pablo tem grande chance realmente de se tornar prefeito e ou até mesmo presidente da República", avaliou um dos entrevistados, um assistente logístico de 42 anos, morador de Pernambuco. Esse grupo dos "moderados", escla-


REDES SOCIAIS

Até hoje o ex-*coach* responde a processo por colocar em risco a vida de alunos no Pico dos Marins

rece Feres Jr., é composto por neoliberais, antipetistas e lavajatistas que votaram em Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2022, mas não apoiaram o 8 de Janeiro.

Marçal possui vários atributos que o destacam na disputa pelo espólio bolsonarista. Em primeiro lugar, é um *outsider* genuíno. O ex-*coach* realmente vem de fora da política tradicional, ao contrário de Bolsonaro, que se vendeu dessa forma em 2018, mas tinha 30 anos de atuação parlamentar. "O capitão nunca foi um *outsider*, mas um político marginal, sem relevância nas negociações legislativas", observa Couto. "Além disso, Marçal tem um discurso motivacional que se aproxima da Teologia da Prosperidade, encampada por algumas igrejas neopentecostais. Essa retórica alimenta um sonho de ascensão social que tem forte apelo nas periferias, entre os trabalhadores uberizados que se sentem empreendedores". Não por acaso, o candidato chega a 30% das intenções de voto entre os evangélicos, segundo a mais recente rodada do Datafolha, e é paparicado como celebridade em comunidades pobres, mesmo após a risível proposta de conectar favelas da cidade por teleféricos.

Para o sociólogo Thiago Torres, conhecido na internet como Chavoso da USP, a popularidade de Marçal entre os jovens da periferia é fruto do empobrecimento da população desde o *impeachment* de Dilma Rousseff e a aprovação das reformas de Michel Temer, que retiraram direitos dos trabalhadores. "De lá para cá, muitos perderam a carteira assinada, se viram obrigados a abrir um negócio ou caíram na informalidade. Muitos fazem bicos em dois, três lugares e ainda complementam a renda como motoristas ou entregadores de aplicativos . Chega alguém dizendo que tem a saída para essa realidade terrível, a 'chave da prosperidade', acaba convencendo, por mais que seja um discurso vazio", diz Torres, morador de Brasilândia.



"Quem tem partido tem compromisso", afirmou Lula, ao criticar o discurso da antipolítica encampado pelos *outsiders* nas eleições

"Vejo muitos jovens falando em aplicações financeiras, em investir na Bolsa. Acham que podem enriquecer com isso".

Nativo do mundo digital, Marçal sabe como usar a terra sem lei das redes sociais em benefício próprio. Recentemente, a Justiça Eleitoral suspendeu perfis usados por sua campanha para monetizar a edição de vídeos favoráveis a ele. O esquema funcionava como uma espécie de gincana, com prêmios em dinheiro para quem produzisse vídeos com maior número de visualizações. A decisão judicial teve, porém, pouco efeito prático. Precavida, sua equipe criou contas reservas no Instagram, TikTok, Youtube, WhatsApp, Telegram e Gettr. Em tempo recorde, elas somavam mais de 2 milhões de seguidores. Bastou o candidato pedir aos seguidores para acessar os novos perfis.

A ação para deter as artimanhas de Marçal nas redes foi movida por Tabata Amaral, até o momento a mais incisiva adversária a combatê-lo. Partiu dela, por exemplo, a inciativa de expor, em um didático vídeo, as suspeitas relações do ex-*coach* com gente ligada ao PCC. O candidato é amigo próximo do empresário Renato Cariani, acusado de fornecer produtos químicos usados na fabricação de drogas e dissimular as vendas por meio de notas fraudulentas. Já Leonardo Avalanche, presidente do PRTB e principal fiador da candidatura, foi flagrado, em uma conversa gravada secretamente, dizendo ter sido responsável em 2020 pela libertação do traficante André do Rap, um dos líderes da facção, por meio de supostas conexões com o Supremo Tribunal Federal. Em outro trecho, ele ainda insinua que seu motorista particular seria aliado de Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, ex-chefe do PCC na favela de Paraisópolis.

Por coincidência ou não, Marçal foi fotografado recentemente, nessa mesma co-



Por ora, Tabata Amaral é a mais incisiva adversária a expor as sujeiras de Pablo Marçal, inclusive sua relação com gente ligada ao PCC

RENATO PIZZUTTO/BAND E CAROL MENDONÇA/ COLETIVO EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR

munidade, ao lado de Valquito Soares da Silva, irmão de Piauí. "Quem está por trás do Marçal? Quem é que banca essa candidatura? Uma pesquisa por seus aliados esbarra sempre nas mesmas letras: P de Pablo, C de *Coach*, C de Criminoso", diz Tabata no vídeo. Na defensiva, o candidato admitiu ser "constrangedora" a presença de Avalanche na direção do PRTB, mas lavou as mãos: "Gostaria que ele se afastasse. Falei isso para ele. Ele disse que vai provar a inocência. O que posso fazer?"

Informalmente, integrantes da campanha de Boulos avaliam que Marçal é, ao menos por ora, um problema de Nunes. A ordem é manter uma campanha propositiva e tratar ambos os oponentes como duas faces da mesma moeda. "Um incompetente, apoiado pelo próprio Bolsonaro, e outro bandido, apoiado por boa parte do bolsonarismo", resume um interlocutor. Em comício no sábado 24, Lula criticou o discurso dos *outsiders* que emergem a cada nova eleição desde o tsunami provocado pela Operação Lava Jato: "Eu estou vendo a campanha em São Paulo e tem pessoas dizendo: 'aquele político não presta, é ladrão', 'vote em mim porque eu não sou da política e, por isso, sou honesto'. Ora, Jânio Quadros dizia isso e só durou seis meses na Presidência. O Collor de Melo dizia isso e só durou dois anos. O que nós precisamos, de fato, é o seguinte: votar no Boulos porque ele é da política, tem partido e, quem tem partido, tem compromisso".

A CAMPANHA DE BOULOS PRETENDE TRATAR NUNES E MARÇAL COMO DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Eleitoralmente, a escolha de Boulos parece acertada, avalia Feres Jr. Em primeiro lugar, pelo fato de o ex-*coach* disputar votos pela direita e só poder roubar votos do prefeito e, em menor escala, de Datena. Em segundo, porque Nunes está no comando da máquina pública. Por fim, Marçal é mais fácil de ser batido no segundo turno, exatamente por ser radical. "Nunes buscou se apresentar ao eleitorado como um bolsonarista moderado por saber que a elevada rejeição a Bolsonaro será um obstáculo. Tenta colar em Boulos a pecha de radical, de invasor de propriedade, exatamente para conquistar o voto de eleitores mais ao centro do espectro político. Perto de Marçal, é impossível considerar Boulos mais radical", emenda Couto.

Em conversas reservadas, integrantes da campanha de Nunes admitem ser difícil resgatar votos de bolsonaristas que migraram para Marçal, mesmo após Bolsonaro aparecer nas inserções de tevê pedindo votos ao prefeito. Enquanto espera a Justiça Eleitoral se manifestar em uma ação que pode anular o registro da candidatura do ex-*coach*, por irregularidades no processo de escolha do candidato, a campanha do emedebista pretende continuar apresentando Nunes como uma opção de voto na "direita não radical" e focar nas realizações de seu governo. "Ricardo é o candidato da realidade, e não do mundo virtual. É também o único capaz de derrotar todos seus adversários no segundo turno. Quando isso ficar mais claro, ele tende a subir mais nas pesquisas", avalia o deputado Baleia Rossi, presidente do MDB.

Embora Bolsonaro terceirize a Nunes a missão de cortar as asas de Marçal, o ex-presidente tem mais a perder caso seu candidato seja precocemente derrotado. "Marçal conseguirá um enorme feito se passar ao segundo turno sem tempo de tevê, sem estrutura partidária e sem padrinho", diz Couto. O capitão que se cuide. •

POPULISTAS EM SÉRIE

AS REDES SOCIAIS CONTINUARÃO A PRODUZIR CLONES DE PABLO MARÇAL

por OSWALDO E. DO AMARAL*

No começo de fevereiro deste ano, prestei atenção em Pablo Marçal pela primeira vez. Como alguém com uso apenas profissional de redes sociais, não me recordava de ter visto seu rosto ou ouvido sua voz. Lembrava apenas vagamente de sua aventura eleitoral, frustrada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2022.

Meu filho, um adolescente de 13 anos, foi o responsável pela apresentação por meio de um vídeo em que o agora candidato explicava como conseguiu salvar sua família de um desastre de helicóptero usando a sua mente. Depois disso, passei a acompanhar as notícias sobre ele, invariavelmente polêmicas, produzidas para o engajamento nas redes. Em abril, ele filiou-se ao PRTB, pequeno partido de direita. Estava claro que seria candidato e que tinha potencial para influenciar a disputa na cidade de São Paulo.

Mas de onde viria esse potencial? De sua mente abençoada que pousa helicópteros? Pouco provável. Como quase sempre em política eleitoral, são as oportunidades institucionais e conjunturais que acabam por determinar, em grande medida, as chances de um candidato.

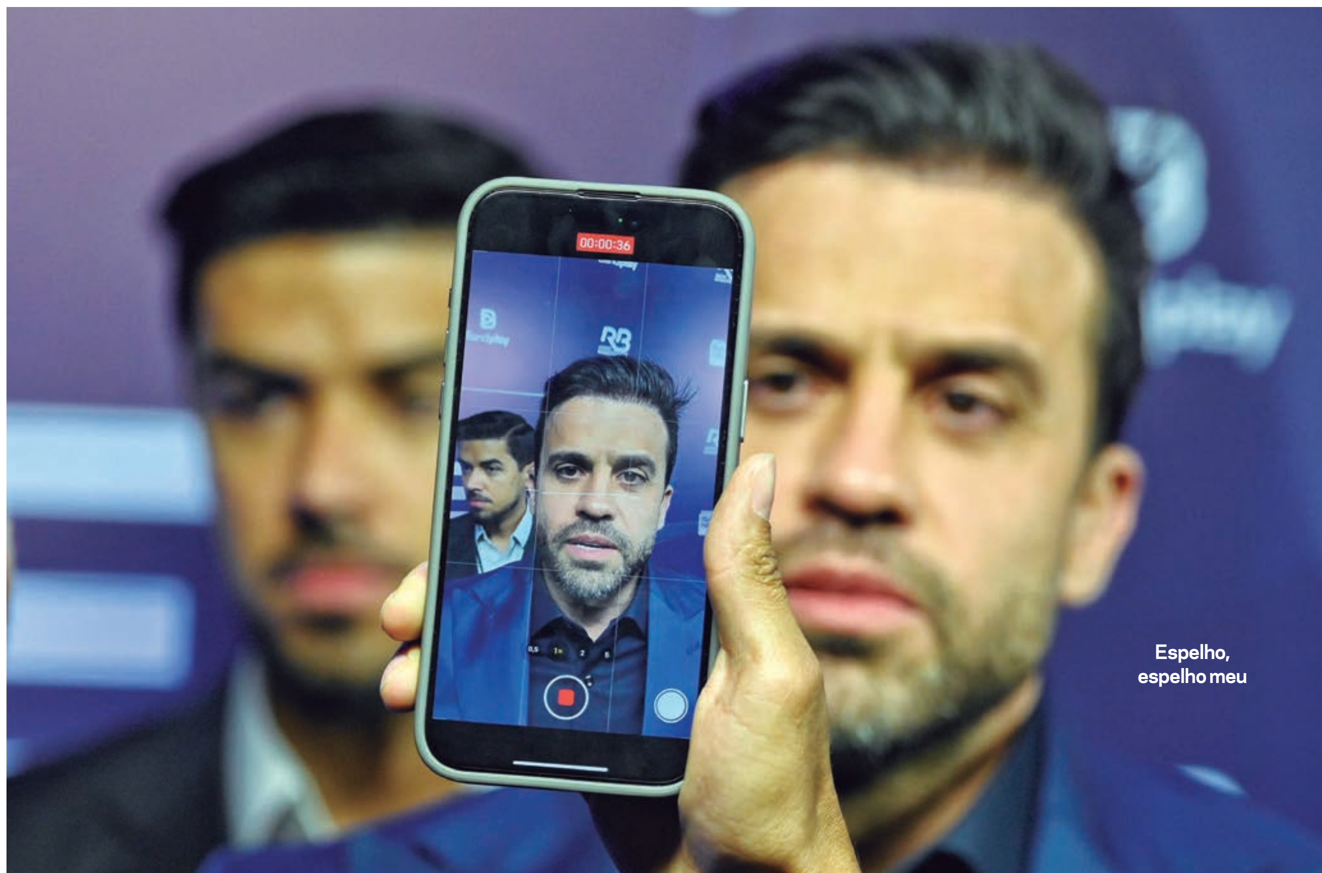
Como é bem documentado na literatura especializada, os sistemas político e eleitoral brasileiros, que combinam presidencialismo, federalismo e eleições proporcionais de lista aberta com distritos de grande magnitude, fornecem incentivos para disputas centralizadas nos candidatos, não nos partidos. Mesmo sem carreira política prévia ou vida partidária pregressa, indivíduos com alto grau de conhecimento da população contam com um ativo importante, em especial para as pequenas legendas. Não há novidade nisso. Silvio Santos tentou, sem sucesso, ser candidato nas eleições presidenciais de 1989. Tivemos a "era" dos radialistas e dos comunicadores, da qual o atual candidato à prefeitura de São Paulo, José Luiz Datena, agora no PSDB, ainda é um representante.

O CANDIDATO DO PRTB APROVEITA-SE DAS TRANSFORMAÇÕES GERAIS NAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO, INCLUSIVE NA POLÍTICA

Nos últimos anos, a redução do tempo e a limitação dos gastos de campanha, bem como a criação do fundo eleitoral, reorganizaram essas oportunidades. Menos tempo de campanha significa menos tempo para fazer um candidato ser conhecido. Os recursos ficaram concentrados nas mãos dos líderes partidários. Isso facilitou a vida dos incumbentes, mas não restringiu a presença dos *outsiders*. Em um país com tantos partidos e tantos cargos em disputa, as mudanças não alteraram a lógica da competição. Os partidos ainda buscam candidatos que poupem recursos e que possam trazer ativos. Um candidato reconhecido economiza recursos financeiros, que podem ser utilizados de outras formas nas campanhas eleitorais.

Mas, então, o que a candidatura de Pablo Marçal teria de diferente? As respostas parecem estar em uma nova conjuntura das formas e do negócio de comunicação, assim como na maior polarização política do País. O candidato do PRTB aproveita-se das transformações gerais nas formas de comunicação, inclusive na política, em que as redes sociais ocupam tanto espaço quanto os meios tradicionais, como a televisão. Segundo dados da pesquisa "A Cara da Democracia", realizada pelo Instituto da Democracia (INCT–IDDC), 27% dos brasileiros disseram ter as redes sociais como principal meio de informação sobre política, enquanto 32% ainda têm a televisão como esse meio.

Partir para uma eleição com mais de 10 milhões de seguidores no Instagram dá a Marçal uma situação privilegiada para quem nunca ocupou cargo algum ou te-



Espelho, espelho meu

RENATO PIZZUTTO/BAND

ve atuação política anterior. Além disso, não há nenhum incentivo para as grandes companhias de tecnologia regularem esse ambiente. Todo mundo ganha: o candidato *influencer*, que amplia sua base de seguidores nas redes, sempre um bom negócio, independentemente do resultado eleitoral, e as companhias, que vão lucrar com as polêmicas, os vídeos, a campanha na internet e mais *views* e *likes*, ainda que a informação veiculada não seja verdadeira.

Muitos dos veículos jornalísticos que vivem quase exclusivamente de receitas obtidas no universo digital parecem ter a mesma lógica. Basta ver como foram os primeiros debates transmitidos exclusivamente por *streaming* na cidade de São Paulo. Foram moldados para produzir polêmicas e engajamento nas redes sociais, no que foram bem-sucedidos, embora à custa de qualquer discussão relevante sobre a cidade.

A polarização política facilita a comunicação com os eleitores. Até 2014, perto de 45% dos brasileiros não conseguiam se posicionar no espectro esquerda-direita, enquanto ao redor de 25% se situava à direita, 20% ao centro, e 7%, à esquerda, segundo dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb/Cesop/Unicamp). Dez anos depois, 15% não sabem se posicionar, 36% estão à direita, 34% ao centro, e 15% à esquerda, segundo pesquisa do INCT–IDDC.

Ou seja, colocar-se ideologicamente de maneira clara ativa os atalhos cognitivos construídos na última década, em especial para o grupo mais à direita (que foi o que mais cresceu no período). E é aqui que o círculo de oportunidades institucionais e conjunturais se fecha e permite imaginar que teremos mais candidatos como Marçal pela frente.

Adotar uma tática de comunicação simples e direta, polêmica (muitas vezes violenta), orientada exclusivamente para as redes sociais e mobilizando preconceitos e notícias falsas misturadas com pontos de vista ideológicos facilmente identificáveis, quando bem-feita, continuará a render votos, e mais que isso, bastante dinheiro a muita gente. E serão os candidatos localizados mais à direita os maiores beneficiados, dada a maneira como esse campo político se organizou no Brasil nos últimos anos.

Para o sistema representativo, não é algo positivo. Ao contrário. Haverá mais oportunidades para a adoção de discursos populistas, premiando a elaboração de respostas simples para problemas complexos, sem contar os comportamentos e as práticas autoritárias. A atual interdição do debate político na cidade de São Paulo, em que praticamente só há reações a temas e questões pouco importantes para os habitantes, é apenas uma pequena amostra do que podemos ter nos próximos anos. •

**Professor de Ciência Política da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da mesma instituição.*

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2024, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver em https://observatoriodaseleicoes.com.br



Tempo para respirar

FUNDO DE PENSÃO O aporte dos Correios adia a falência do Postalis, mas o custo aos associados é grande

POR MAURÍCIO THUSWOHL

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 24



Eleição. As mulheres dominam a disputa em Aracaju





Esforço. Fernandes, presidente da fundação, ressalta a importância do constante diálogo com os associados

REDES SOCIAIS/POSTALIS E MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Criados com o objetivo primordial de garantir rendimentos dignos e um plano de assistência a trabalhadores de empresas estatais após a aposentadoria, os quatro maiores fundos de pensão do Brasil acumularam ao longo de décadas saldos bilionários. Em inúmeras ocasiões, as poderosas carteiras de investimento de Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Postalis (Correios) foram usadas com mais ou menos pudor durante governos de diversos matizes para alavancar projetos variados, nem sempre com sucesso. Agora, a polêmica utilização das fundações voltou a ser tema de discussão após duas novidades mexerem com o setor.

Em 22 de agosto, o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniram as direções dos quatro grandes fundos para pedir a retomada dos investimentos em projetos de infraestrutura, em especial naqueles previstos no Programa de Aceleração do Crescimento. Na antevéspera, o governo havia finalmente dado o primeiro passo para tirar do sufoco o Postalis, ameaçado de insolvência por causa de um rombo de 15,2 bilhões de reais provocado, justamente, por um período de péssima gestão de investimentos que atravessou os três governos anteriores. O socorro veio da direção dos Correios, por meio da transferência de 7,6 bilhões de reais ao fundo em cumprimento à Lei 109, que obriga a empresa patrocinadora a arcar com metade do prejuízo.

A estatal vai transferir 7,6 bilhões de reais à fundação

Para os cotistas e beneficiários do Postalis, a notícia é boa, *pero no mucho*. Por um lado, o aporte dos Correios adia por ao menos uma década a falência iminente, que, nas condições atuais das contas, ameaçava assombrar os associados em 2026. Por outro, a segunda metade do rombo ainda não foi sanada e, segundo a mesma lei, caberá aos trabalhadores, aposentados e pensionistas. "Os outros 7,6 bilhões de reais já estão sendo pagos pelos participantes do Postalis. Sofremos com descontos nos contracheques que atingem 23,21% do benefício para toda a vida, com as reduções de 75% do décimo terceiro e de 50% da pensão por morte do beneficiário e com a extinção do pecúlio por morte", diz Roberval Borges, presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap).

O acordo entre Correios e Postalis faz parte do Plano de Equacionamento do Déficit em vigor desde dezembro do ano passado com o objetivo de equilibrar as finanças do Plano de Benefício Definido, que atende a dezenas de milhares de trabalhadores e sofreu a maior parte do prejuízo causado pela gestão fraudulenta dos recursos. O aporte feito pela empresa dá uma sobrevida ao Postalis até 2035. Dos 7,6 bilhões de reais, 2,3 bilhões serão quitados em 30 anos, em um montante equivalente às reduções de benefícios dos participantes do PBD. A outra parte, 5,3 bilhões, será paga pelos Correios de forma vitalícia em prestações mensais hoje estipuladas em 33 milhões de reais, valor equivalente à con-



Atrás do prejuízo. A direção dos Correios decidiu processar o banco norte-americano em busca de ressarcimento

LUDMILLA M. MOORE E MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

tribuição extra que os participantes lesados também terão de pagar para sempre. "A empresa assinou um contrato de confissão de dívida, um título executável. O Postalis pode pedir sua execução forçada, se não for cumprido", explica Edgard Cordeiro, aposentado dos Correios e eleito pelos participantes para o Conselho Deliberativo.

A mesma imposição legal que traz o bem-vindo socorro dos Correios deixa um travo amargo para os trabalhadores, chamados a pagar de forma solidária. "O sentimento é de injustiça. Apesar de legal, o sacrifício aos aposentados e trabalhadores é profundamente injusto", diz Borges. Esse sentimento, diz o presidente da Adcap, é generalizado. "Trata-se de uma poupança popular feita ao longo de décadas. A expectativa do poupador é ver seu esforço de vida concretizado. Cabia aos gestores dos Correios e do Postalis fazer investimentos seguros que garantissem a valorização dos recursos poupados. Mas, de modo pouco crível, mesmo no Brasil, onde as taxas de juros dos títulos públicos são excelentes negócios, os recursos poupados se desvalorizaram, impuseram seguidos déficits e exigiram enorme esforço econômico e social dos associados para manter o fundo vivo."

Segundo o presidente do Postalis, Camilo Fernandes, o pagamento da parte da patrocinadora traz segurança aos participantes e assistidos quanto à solvência do plano. "Com o aporte dos Correios, o PBD começou 2024 sem déficit, em equilíbrio, mantendo sua liquidez. A solvência, a capacidade de cumprir as obrigações de longo prazo do plano, ganhou mais 10 anos." Assim como o presidente dos Correios, Fabiano da Silva Santos, Fernandes atua para restabelecer a relação entre empresa, governo e fundo de pensão, praticamente aniquilada durante o governo Bolsonaro. "Nosso esforço é manter uma relação próxima entre o Postalis, os trabalhadores e os Correios para dar mais segurança e mostrar nosso compromisso com a governança. Estamos exercendo nosso dever de fidúcia com a proteção dos direitos dos participantes e assistidos do Postalis." A atual gestão, acrescenta o executivo, busca o diálogo. "Temos feito *lives* e reuniões com entidades representativas dos participantes, ampliando os canais de comunicação e reabrindo postos de atendimento. Todas as decisões tomadas para proteger o patrimônio dos trabalhadores e garantir os contratos de longo prazo têm sido amplamente discutidas e apresentadas com transparência."

Em nota divulgada após o anúncio do aporte ao Postalis, a direção dos Correios afirma que "a dívida foi causada pela má gestão de investimentos por parte do BNY Mellon" e que adota "medidas judiciais para recuperar os recursos perdidos pelo banco". Apesar do déficit de 597 milhões de reais registrado em 2023, a empresa afirma não haver necessidade de recorrer ao socorro do Tesouro Nacional. "Os Correios não trazem e nunca trouxeram despesas para a União ou para o contribuinte brasileiro, pois possuem caixa saudável. Vale destacar que em 2023 a atual gestão do Postalis teve a melhor rentabilidade dos últimos anos, atingindo quase 200% das metas. Da mesma forma, a atual gestão dos Correios em 2023 reduziu em 22% o prejuízo herdado do governo anterior."

O banco BNY Mellon, acusado de gestão fraudulenta, segue impune

O problema, diz Cordeiro, é a permanência das "duríssimas reduções nos benefícios" dos trabalhadores. "A primeira etapa, em novembro de 2023, veio com as alterações: na pensão por



morte, reduzida para 50%, e no pecúlio por morte, que foi eliminado. A segunda etapa veio no holerite de fevereiro, com o aumento da contribuição extra para 23,21%, cobrada sobre o benefício mensal dos assistidos e pensionistas futuros. O pensionista que recebia benefício até aquela data foi um dos mais punidos, pois teve sua contribuição extra aumentada para 37,42%". Outra severa medida de ajuste financeiro para os participantes do PBD, relata, é a cobrança de até 75% no décimo terceiro salário deste ano. "Caso a situação persista, será cobrada de forma vitalícia."

O integrante do Conselho Deliberativo do Postalis avalia que as medidas só serão amenizadas se houver a recuperação dos valores aplicados de forma fraudulenta pelo BNY Mellon, banco norte-americano contratado em janeiro de 2011, primeiro mês do governo Dilma Rousseff, para ser o administrador e gestor dos recursos do fundo de pensão. Acusado de gestão temerária e criminosa, o banco foi responsável por prejuízos calculados em 10 bilhões de reais, dois terços do déficit total da fundação. "As diretorias de Correios e Postalis precisam atuar em conjunto nas medidas contra o BNY Mellon. E também pedir apoio a órgãos do governo como a AGU e a CGU, além dos ministérios das Comunicações, da Justiça e das Relações Exteriores, para jogar peso político e fazer com que o banco seja chamado a honrar sua dívida."

Além da ação principal dos Correios, uma dúzia de outros processos contra o BNY Mellon estão em trâmite, mas até agora o banco teve apenas sentenças em primeira instância, ainda passíveis de recurso, ou multas que podem ser consideradas irrisórias em face do montante gerido de forma fraudulenta. À força-tarefa montada pelo Ministério Público Federal para tentar uma solução negociada, a direção do BNY Mellon aceitou pagar a título de ressarcimento apenas 400 mi-

lhões de reais. Até agora, o banco teve 250 milhões de reais bloqueados pela Justiça.

Diretor do BNY Mellon no Brasil à época da gestão temerária do Postalis, José Carlos Xavier de Oliveira, mais conhecido como Zeca Oliveira, teve negado pelo Superior Tribunal de Justiça em agosto um pedido de desbloqueio de 98 milhões de reais em suas contas particulares. "A alegação de que não haveria nenhuma justificativa para a indisponibilização do patrimônio do impetrante não foi comprovada, havendo nos elementos informativos até então colhidos, ao contrário, indícios do seu envolvimento nos crimes financeiros sob apuração", diz o despacho do ministro Antônio Saldanha. Em nota, a defesa de Oliveira afirma que "a decisão é ilegal, pois impõe sem fundamentação uma grave constrição patrimonial ao acusado". Procurado, o BNY Mellon não respondeu aos pedidos de esclarecimento até o fechamento desta edição.

A desejada "força-tarefa" do governo para resolver a situação dos beneficiários do Postalis ainda não saiu do papel. Solicitada em outubro do ano passado pelo deputado federal Leonardo Monteiro, do PT, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios e agora licenciado para concorrer à prefeitura de Governador Valadares (MG), a audiência pública sobre o tema que traria obrigatoriamente representantes do BNY Mellon à Câmara ainda não aconteceu. Um dos participantes da audiência seria o ministro da Controladoria Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, mas sua assessoria informa que nenhum pedido ou convite oficial foi até agora enviado à CGU.

Responsável por conduzir o acordo entre Correios e Postalis, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, subordinada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, esclarece que o instrumento de confissão de dívida e o plano de equacionamento de dívidas são alinhados às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar, órgão regulamentador do regime de previdência complementar fechado. "Este instrumento foi aprovado pelas instâncias de governança do Postalis e dos Correios, sendo encaminhado, posteriormente, para aprovação da Sest que, no uso de suas competências legais, manifestou-se favoravelmente por considerar que estava de acordo com as normas vigentes." Sobre a demora na espera para a confissão de dívida, o ministério declarou: "Assim que a nova gestão teve acesso ao processo, fez questão de acelerar a manifestação e o parecer para dar sequência à celebração do termo de confissão de dívida entre Correios e Postalis".



Dói no bolso. Borges, da Adcap, lamenta o fato de os pensionistas serem obrigados a cobrir metade do rombo

REDES SOCIAIS/ADCAP

A contribuição extra dos pensionistas cobrirá o resto do buraco

Por meio da assessoria, o presidente dos Correios afirmou que "a expectativa é que os recursos perdidos sejam recuperados". Não existia, diz Santos, diálogo entre os trabalhadores e a direção dos Correios no governo anterior, que tirou mais de 40 cláusulas do acordo coletivo de trabalho da estatal. "A atual gestão reabriu as portas da empresa para as entidades de representação e no primeiro ano resgatou os benefícios que haviam sido tirados na administração Bolsonaro, em um acordo coletivo histórico fechado em mesa de negociação, o que não acontecia na estatal havia sete anos."

Ex-presidente do Conselho Fiscal do Postalis, Fábio Conde avalia que o equacionamento da dívida foi fundamental para os beneficiários do plano, pois sem ele o PBD permaneceria insolvente. "Resolveu-se um problema que se arrastava há anos. O equacionamento, embora seja uma medida muito dura para todos, foi extremamente importante para a manutenção do PDB e, consequentemente, da aposentadoria de muitos beneficiários." O questionamento que resta, diz, não é sobre o equacionamento em si, mas sobre as causas dos déficits que o compõem. "Há as perdas com investimentos fraudulentos, ou no mínimo temerários, causadas pelo BNY Mellon, e também o não pagamento da dívida dos Correios quando do saldo do plano, conhecida como Reserva Técnica de Serviço Anterior. Ou seja, os beneficiários arcam com o pagamento de uma dívida que não foi produzida por eles." Apenas a dívida dos Correios com o Postalis relativa à RTSA, segundo estimativa da Adcap, passa de 2 bilhões de reais. "Seria mais um alívio em meio a tantas perdas." •

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Economista, consultor editorial de *CartaCapital* e ex-presidente do Palmeiras. É autor, entre outras obras, de *Valor e Capitalismo* e *Os Antecedentes da Tormenta*



A economia do gasto e da renda

▶ Se setor privado e governo cortam gastos, a renda agregada cai e o risco de crédito sobe

Nos tempos da crise financeira de 2008, Paul Krugman discorreu a respeito das relações entre gasto, renda e dívida. Peço licença ao leitor de *CartaCapital* para relembrar as afirmações do economista americano:

"Nossa dívida (privada) consiste principalmente de dinheiro que devemos uns aos outros; ainda mais importante, nossa renda provém principalmente de vender coisas uns aos outros. Seu gasto é minha renda e meu gasto é sua renda. Assim, o que acontece se todo mundo reduzir gastos simultaneamente a fim de reduzir suas dívidas? Resposta: a renda cai".

Outro exemplo de inconsistência conceitual está abrigado na separação entre oferta e demanda, apresentada nos manuais de Macroeconomia. A separação – o "lado da demanda" e o "lado da oferta" – não faz sentido para o tratamento da "economia como um todo", tal como a concebia Keynes, o John Maynard.

Em uma carta endereçada aos assessores de Roosevelt, Keynes desfiou argumentos a respeito das relações oferta e demanda.

"Nós produzimos a fim de vender. Em outras palavras, nós produzimos em resposta aos gastos. É impossível supor que nós possamos estimular a produção e o emprego, abstendo-se de gastar. Então, como eu disse, a resposta é óbvia.

"Mas, em um segundo olhar, vejo que a questão tem sido encaminhada para inspirar uma dúvida insidiosa. Para muitos, gasto significa extravagância. Um homem que é extravagante logo se torna pobre. Como, então, uma nação pode tornar-se rica, fazendo o que empobrece um indivíduo? Esse pensamento desnorteia o público.

"No entanto, um comportamento que pode fazer um único indivíduo pobre pode fazer uma nação rica. Quando um indivíduo gasta, ele não afeta só a si mesmo, mas a outros. A despesa é uma transação bilateral. Se eu gastar minha renda para comprar algo que você pode fazer para mim, eu não aumentei minha própria renda, mas aumentei a sua.

"Se você responder comprando algo que eu posso fazer para você, então minha renda também é aumentada. Assim, quando estamos a pensar na nação como um todo, devemos ter em conta os resultados como um todo. O resto da comunidade é enriquecido pela despesa de um indivíduo. Sua despesa é simplesmente uma adição à renda de todos os outros.

"Há apenas um limite para que o rendimento de uma nação possa ser aumentado desta forma: o limite fixado pela capacidade física de produzir."

Seria audacioso imaginar economistas do *mainstream* dispostos a aceitar a concepção keynesiana de demanda efetiva. Keynes procurou explicitar a conjugação entre os elementos objetivos e subjetivos que condiciona a decisão de acumular riqueza em uma economia monetária.

A construção do princípio da demanda efetiva supõe um tratamento não convencional das relações entre oferta e demanda: o preço de oferta agregada é definido como a expectativa de receitas – deduzidos os custos dos fatores – que os empresários esperam receber, caso ofereçam (nos dois departamentos: bens de produção e bens de consumo) um determinado volume de emprego e um dado nível de ocupação da capacidade instalada. A demanda agregada é imaginada pelos empresários a partir das expectativas de rendimentos – deduzido o custo de uso – que esperam receber dos gastos em consumo e investimento por parte da comunidade, isto é, dos consumidores e dos próprios empresários.

A demanda efetiva é um conceito fundado no "estado de expectativas" dos que decidem a produção nos dois departamentos. Não se confunde, portanto, com o que se convencionou chamar de demanda agregada, um conceito-resultado. A intersecção entre as funções de oferta e de demanda determina um ponto em que se efetivam as decisões dos empresários-capitalistas, a partir de certo estado de expectativas. Esse ponto se desloca ao longo da curva de "demanda efetiva", diante das mudanças das avaliações empresariais. Na realidade, Keynes está afirmando a interdependência entre oferta e demanda na economia capitalista submetida ao controle das decisões por uma categoria social. A análise de Keynes deve ser aplicada às decisões de gasto do governo: as autoridades podem decidir gastar mais em uma situação de desalento do dispêndio privado. Não se trata de gastar a rodo, mas sim de coordenar as expectativas dos empresários desalentados. Déficits ou superávits vão depender da resposta do setor privado ao estímulo do gasto público.

Se o governo corta o gasto em uma conjuntura de encolhimento do gasto privado – empresas e famílias – a queda da renda "agregada" vai inexoravelmente levar a um aumento dos déficits e das dívidas públicas e privadas, com exacerbação do risco de crédito e efeitos indesejáveis sobre os balanços dos bancos financiadores. Essas são as lições exauridas de todas as crises e em todas as crises. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Exceção à regra

ELEIÇÕES Dominada por mulheres, a disputa em Aracaju destoa do cenário nacional, onde homens brancos dão as cartas

POR FABÍOLA MENDONÇA

Aracaju é uma ilha em meio ao oceano de testosterona da política. Dos oito candidatos à prefeitura da capital de Sergipe, cinco são mulheres. E três lideram a corrida. Segundo uma pesquisa da Quaest divulgada na terça-feira 27, Emília Corrêa, do PL, soma 26% das intenções de votos. A Delegada Danielle, do MDB, tem 19% e Yandra, do União Brasil, 13%. Um pouco mais atrás aparecem a petista Candisse Carvalho, com 8%, e Niully Campos, do PSOL, com 2%. Caso raríssimo em um país onde a população feminina representa 51,5% do total de habitantes, mas apenas 34% das candidaturas registradas no Tribunal Superior Eleitoral. "A ala governista não conseguiu unificar um nome, lançou vários, o que contribui para a candidata de Bolsonaro liderar as pesquisas. Mas isso também pode ser uma estratégia para o segundo turno. Quem da base governista passar pode ter o apoio dos demais. O fato é que Aracaju, tudo indica, terá uma mulher prefeita, algo histórico para Sergipe, que tradicionalmente tem baixa representação feminina no cenário político", analisa a cientista política da Universidade Federal de Alagoas, Luciana Santana, integrante do Observatório das Eleições.

Defensora pública aposentada e vereadora em segundo mandato, Corrêa ingressou no PL pelas mãos de Michelle Bolsonaro, que há dois anos percorre o Brasil no recrutamento de novos quadros femininos para a sigla. "Estava filiada a um partido que acabara de passar por uma fusão, o Patriota, que, em parceria com o PTB, formou o PRD. Havia muitas dúvidas sobre o destino da sigla em Sergipe, quem seria seu presidente, qual rumo tomaria. Foi quando recebemos o convite para iniciar uma conversa com o PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, e que pretendia lançar uma candidatura majoritária à prefeitura de Aracaju.", diz a candidata, que formou chapa com o agora colega de partido Valmir de Francisquinho na disputa ao governo estadual em 2022. "Essa relação tinha sido iniciada lá atrás, tudo ocorreu naturalmente até a nossa filiação, quando fui muito bem recebida e estou certa de que foi a melhor decisão."

Apesar do trabalho de catequização de Michelle Bolsonaro, o PL dedicou apenas um terço das vagas a candidaturas femininas. Segundo o TSE, dos 35,5 mil registros da legenda para a disputa deste ano, 11,8 mil são de mulheres. "Os próprios partidos são um obstáculo à visibilidade feminina, por isso a gente tem uma redução do número de mulheres na disputa dos cargos majoritários, o que acontece menos no caso das proporcionais. As siglas só recrutam mulheres perto das eleições, preocupadas muito mais em cumprir a cota de gênero", analisa Santana.

Candidaturas femininas e negras continuam com baixa representação no País

Primeira mulher a se eleger deputada federal por Sergipe, Yandra sente na pele a dificuldade de se firmar nos espaços de poder, embora tenha origem em uma família de longa tradição na política local. "A resistência em torno do nome da mulher é estruturante e não é algo presente somente na política. Mas nunca deixei que isso parasse os meus sonhos e desafios e estou aqui para mudar isso", diz, antes de ressaltar a importância de a sucessão em Aracaju ser protagonizada por mulheres. "Fico muito feliz ao ver que outras candidatas se colocaram na disputa." Poucas capitais registram candidaturas femininas competitivas e em algumas não existe nenhuma mulher na disputa, casos de Fortaleza, Manaus, João Pessoa, Rio Branco, Florianópolis e Cuiabá.

Em Campo Grande, a ex-deputada Rose Modesto, do UB, tem chance de tornar-se prefeita, segundo as pesquisas publicadas até agora. Na terça 27, a Quaest divulgou um novo levantamento no qual Modesto lidera com 33% das intenções de voto, bem à frente dos adversários. "Nossa candidatura foi consolidada desde o ano passado, quando a cúpula do partido me escolheu para presidir o União Brasil em Mato Grosso do Sul e a colocou como uma das prioridades nestas eleições", relata a candidata. Em Porto Alegre, também segundo a Quaest, Maria do Rosário, do PT,

REDES SOCIAIS/PARTIDO LIBERAL E REDES SOCIAIS

Só dá elas. Emília Corrêa, filiada por Michelle Bolsonaro, lidera as pesquisas em Aracaju. Candisse Carvalho, Delegada Danielle, Niully Campos e Yandra formam uma maioria de mulheres na corrida pelo comando da capital sergipana, que nunca teve uma prefeita











Lei. Cármen Lúcia, presidente do TSE, se reuniu com representantes dos partidos para cobrar respeito às cotas

aparece empatada tecnicamente com o prefeito Sebastião Melo, do MDB. Ele tem 36% e ela, 31%, em um cenário onde a margem de erro é de três pontos porcentuais para mais ou para menos.

Não apenas as mulheres enfrentam resistência nos partidos. Os negros também têm muita dificuldade de sobressair-se no cenário pelas limitações e boicotes impostos pelas próprias legendas, como aconteceu recentemente na aprovação da PEC da Anistia. Agora Emenda Constitucional 133, a proposta perdoou as multas das agremiações que descumpriram a aplicação de recursos em candidaturas de pretos e pardos nas eleições passadas e limitou em 30% o repasse do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário às candidaturas negras a partir deste ano. "Na prática, acabou reduzindo, porque antes o repasse era proporcional. Se o partido tivesse 80% de candidatos negros, essas candidaturas recebiam esse porcentual dos recursos. Parece-me uma norma muito mais justa. Com a Emenda Constitucional, o repasse é de apenas 30%. Estamos falando de verba pública. Os negros contribuem para os cofres da União e, na hora de dividir os valores, acabam prejudicados. Ou seja, também são sub-representadas em termos de repasse de dinheiro público", salienta o advogado Alexandro Rollo, especialista em Direito Eleitoral.



Aposta. O PCdoB de Luciana Santos valoriza mulheres e negros

Única negra na disputa em Aracaju, Niully Campos ressalta a importância da cota de gênero e de raça para a consolidação das postulações femininas e negras. "São ações afirmativas fundamentais para construirmos candidaturas com potencial de disputa real. Mas não são suficientes. Um dos desafios é compreender que a cota não deve servir para preencher chapa às vésperas da eleição". Na segunda-feira 26, a presidente do TSE, Carmen Lúcia, reuniu-se com representantes dos partidos para discutir o repasse de verbas a candidaturas femininas e de negros. Ficou estabelecido que as legendas têm até 8 de setembro, menos de um mês antes das eleições, para distribuir os valores aos candidatos.

Para Danusa Marques, professora do Instituto de Ciência Política da UnB e pesquisadora do Observatório das Eleições, o financiamento de campanha e o tempo de propaganda eleitoral gratuito

LUIZ ROBERTO/TSE E LUARA BAGGI/MCTI

são determinantes para tornar uma candidatura viável. "A literatura mostra que o maior uso do fundo eleitoral em 2018 permitiu um crescimento de 50% na bancada de mulheres na Câmara dos Deputados e de 37% nas assembleias legislativas, ainda que continuem sub-representadas. Essa cota tem sido descumprida, porque quem controla esses partidos são homens brancos. Mesmo nos partidos com base social não são os grupos sub-representados no comando."

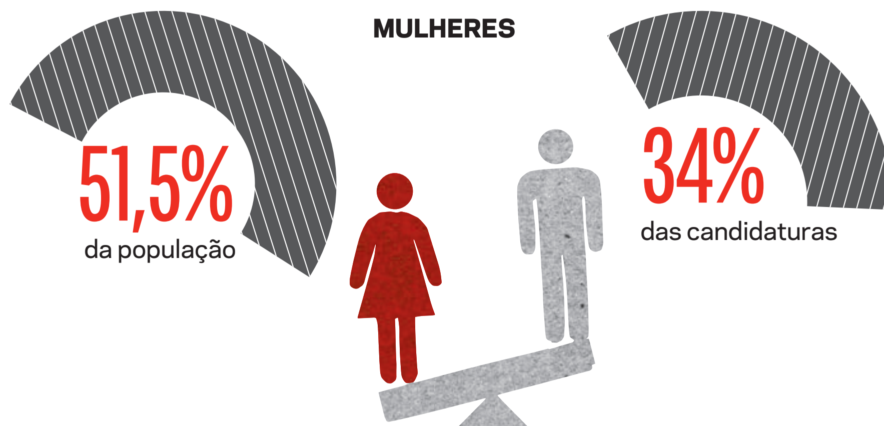
De acordo com o IBGE, 55,5% da população brasileira é formada por pretos e pardos. Nas eleições deste ano, 240,5 mil candidatos se autodeclararam pretos e pardos ao TSE, 52,7% do total. O PCdoB é a legenda com maior porcentual de candidaturas negras, embora tenha pouco mais de 3 mil candidatos, em torno de 1,2 mil mulheres e 1,8 mil homens. Entre as mulheres, 79,2% são negras e 73,4% são negros. "Defendemos que os espaços de poder devem refletir a diversidade que constitui o povo brasileiro. O combate ao racismo e a luta pela liberdade feminina são parte integrante do projeto de emancipação social e nacional do nosso partido. Por isso, atuamos para que essas parcelas da população, hoje sub-representadas, ocupem a política, o Parlamento e os cargos de gestão, pois assim, com a participação dos diversos olhares, conseguiremos construir uma sociedade com maior equidade e justiça social", destaca Luciana Santos, presidente nacional do PCdoB e ministra de Ciência e Tecnologia. "Quando a gente olha a presença maior de candidaturas de negros ou de mulheres, mas principalmente negros, vê que está num partido pequeno. E o que significa? Não adianta lançar aquelas candidaturas, porque o partido não é muito competitivo", opina Marques.

O PL e o Novo são as agremiações políticas com mais candidaturas brancas. No Novo, dos 7,5 mil nomes registrados, 4,2 mil são não negros. No PL, entre 35,5 mil candidatos, há 20,2 mil não negros. Douglas Belchior, do coletivo Uniafro Brasil e do Instituto de Referência Negra Peregum, classifica os partidos de estruturas viciadas e racistas. "É responsabilidade da população negra organizada fortalecer suas articulações para demandar do Estado e das forças políticas e exigir que sejam respeitadas as candidaturas negras. Mas é também responsabilidade da sociedade branca, que vive de um privilégio histórico imposto por quase 400 anos de escravidão e por mais de cem anos de uma desigualdade absoluta, perceber essa realidade e se mobilizar. Não podemos ter recuos nos nossos avanços."

Piedade Marques, da campanha Eu Voto em Negra, coordenada pela Rede de Mulheres Negras, reforça: "Queremos mulheres negras nos espaços de poder, comprometidas com a nossa população. Não adianta mulher negra somente por ser mulher negra, como fazem muitos partidos, tanto na direita quanto na esquerda, que pegam candidatas negras para garantir a cota. O que a gente vê é muita falta de cuidado na inclusão e na preparação dessas mulheres".

DISPUTA DESIGUAL

Mesmo com a política de cotas, a disparidade de gênero é gritante





O Congresso impôs novas restrições às mulheres e aos negros na política

O custo da omissão

OPINIÃO Os incêndios devastadores provam o fracasso do governo Lula no enfrentamento dos problemas ambientais

POR ALDO FORNAZIERI*

O sucesso ou o fracasso do governo Lula no enfrentamento dos problemas ambientais e da crise climática não pode ser medido pelo metro do que tem sido feito em relação à gestão criminosa e devastadora do governo de Jair Bolsonaro nessas áreas. O metro precisa ser definido em relação às urgências e necessidades que esses temas requerem em termos de ações de uma administração com consciência da gravidade desses problemas. E se o metro deve ser esse, não há o que tergiversar: o governo Lula tem fracassado no enfrentamento dos desafios.

No governo Bolsonaro, o negacionismo da crise climática era ideológico. No governo Lula, o negacionismo é omissivo. Isto é, o governo não faz o que deveria ser feito de forma consciente. E aqui não se trata de jogar o peso do fracasso nos ombros do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e demais institutos ou do Ministério dos Povos Indígenas. Bolsonaro deixou o ministério, o Ibama e demais institutos esquálidos. Lula os mantém esquálidos, depauperados, sem recursos e sem meios e condições para agir. Esta é a natureza do negacionismo omissivo que domina a cúpula do atual governo.

O fracasso ocorre em várias frentes. Mas a face mais visível, neste momento, são os incêndios que transformam as matas em esqueletos carbonizados, pintam o céu azul de cinza com a fumaça e a fuligem. Fumaça que penetra nas profundezas dos pulmões e esconde a luz do sol em pleno dia. Todos sabemos que os incêndios decorrem de ações antrópicas, são causados por indivíduos. É incrível que alguns poucos pelo Brasil afora incendeiem o País, provoquem prejuízos de bilhões de reais, semeiem doenças respiratórias e pulmonares em cidades inteiras e levem à morte de animais e seres humanos. Além de incrível, é inaceitável. Assim como é inaceitável qualquer justificativa escapista do governo, por não ter sido prudente, previdente, por não ter planejado. Só agiu quando o mal estava feito e quando os remédios que aplicou pouco poderiam fazer para conter a dolorosa destruição dos biomas.

A prova mais cabal de que o governo se omitiu e fracassou é a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, para a mobilização em 15 dias do maior contingente possível da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional e das Forças Armadas para combater os incêndios, principalmente na Amazônia e no Pantanal. Em ações julgadas em março, o STF havia definido a necessidade de o governo federal proteger esses biomas contra incêndios, determinando a elaboração de um plano nacional em 90 dias. Pouco mais que nada foi feito.

> Governos e prefeitos são tão responsáveis quanto a União pela tragédia



Faltam planos para a contenção das queimadas

Os maiores sócios do governo federal no negacionismo omissivo são os governadores e prefeitos. A proibição para que se usasse qualquer tipo de fogo para limpar áreas rurais e queimar pastos secos deveria ter sido adotada em maio, em todo território nacional. Quer dizer, o governo federal e os estados não se dotaram com as armas de uma legislação eficaz e de caráter perene. Preferiram um tipo de *laissez-faire* da omissão, acreditando em providências da natureza ou de um deus qualquer.



ALVARO REZENDE/GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Além de não se armarem com legislação, não aumentaram as capacidades materiais de combate aos incêndios, como aeronaves de grande porte, embarcações e outros equipamentos. A estrutura material para combater os incêndios no País é pífia. O mesmo ocorre com o número de brigadistas à disposição do Ibama e do ICMBio. Mesmo o número de contratados temporariamente é absurdamente insuficiente. Louve-se esses brigadistas, mal treinados e mal equipados, que trabalham até a exaustão, colocam em risco a própria vida, enquanto os ocupantes de gabinetes acarpetados de Brasília se vangloriam de compromissos ambientais em retóricas vazias.

O Ministério Público Federal tem cobrado ações do governo federal e ajuizado ações desde o início do ano, apontando evidências de omissão. O governo deixou de adotar outras iniciativas. Não fez uma ampla campanha de conscientização nacional sobre os riscos dos incêndios, algo que seria crucial para engajar a sociedade no enfrentamento do problema. Também não investiu em programas de educação nem de articulação com fazendeiros e agricultores para que práticas perigosas fossem abandonadas em favor de manejos mais sustentáveis. Tendo em vista que o problema das queimadas tem se agravado ano após ano, o governo deveria investir para que todos os biomas e áreas de conservação tivessem planos logísticos antecipados de combate a incêndios, integrando União, estados e municípios.

Várias outras medidas poderiam e deveriam ter sido adotadas. Tanto em biomas e em áreas de conservação quanto em fazendas e áreas de agricultura poderiam ser abertas, de forma antecipada, linhas ou corredores corta-fogo para impedir a continuidade e a propagação das chamas de uma área para outra, de uma fazenda para outra ou dentro de uma mesma fazenda. Claro, os escoteiros da omissão argumentariam que custa caro. Mas custaria bem menos do que os bilhões de prejuízos provocados pelos incêndios devastadores. Bilhões de prejuízos acrescidos anualmente, pois medidas preventivas seriam mais duradouras no tempo e reduziriam drasticamente os volumes das perdas.

O governo Lula corre o risco de chegar na COP-30, que será realizada em Belém do Pará no próximo ano, a exibir um monumental fracasso no seu dever de preservar os biomas da destruição pela ação humana e pelo fogo. Poderá chegar na COP com a face cinzenta do negacionismo omissivo. •

**Professor da Escola de Sociologia e Política e autor de* Liderança e Poder.

O legado de Vargas

PROTAGONISTA Há 70 anos, os donos do poder tentam apagar a herança do estadista

POR ANDRÉ LUIZ PASSOS SANTOS*

Fui incumbido por *CartaCapital* de compor este artigo sobre Getúlio Vargas, para rememorar os 70 anos de sua morte. Tarefa difícil. Não por faltarem fontes ou pontos de vista diversos, mas por Vargas ter sido uma figura política – adianto que, para mim, a maior de nossa história – controversa e multifacetada.

Nascido em uma rica família de estancieiros do oeste gaúcho, Vargas formou-se em Direito e logo engajou-se na política local, influenciado pela ideologia positivista. Ocupou cargos legislativos, tornou-se ministro da Fazenda e governador. Candidatou-se pela oposição, com pouca esperança, à Presidência da República em 1930, em uma eleição controlada pelo *establishment*.

A Crise de 1929 abalara profundamente as finanças públicas e as reservas de divisas do País, pela retração das receitas do café. Uma vez enfraquecida a República Velha, em aliança com oligarquias regionais insatisfeitas com a dominação política dos cafeicultores, Vargas liderou uma revolução que impediu a posse do presidente eleito. Assumiu, de forma provisória, a Presidência. Inaugurou um período de atenção às demandas dos trabalhadores (um dos primeiros atos foi a criação do Ministério do Trabalho), fortalecimento da estrutura do Estado e da incipiente indústria nacional, sem, contudo, descurar dos interesses dos produtores rurais, sobretudo do café, produto do qual a balança comercial era dependente.

Vargas buscou modernizar as relações econômicas e sociais do País. Sua ideologia, depois chamada de nacional-desenvolvimentismo, incluía regular as relações trabalhistas, os sindicatos e fortalecer a indústria e a agricultura. Datam desses anos de governo provisório as primeiras iniciativas de legislações de proteção ao trabalhador (ainda que de forma restrita aos trabalhadores registrados, o que ainda deixava de fora boa parte do povo). Paulatinamente, foram adotadas leis reguladoras da jornada de trabalho e ampliada a previdência social.

Implantou o câmbio múltiplo, estabelecendo taxas diferenciadas para as categorias de importação e repôs o monopólio do comércio de divisas pelo Banco do Brasil. O objetivo era baratear a importação de bens essenciais e de produção para equipar a indústria nacional, encarecendo a de bens considerados supérfluos. A um só tempo, a medida buscava substituir bens importados por nacionais, aumentar a exportação de bens industrializados e, assim, reduzir a dependência do café, cujos preços estavam sujeitos a flutuações, o que às vezes limitava a capacidade do País de importar.

A Constituinte de 1934 instituiu o voto feminino e de todos os alfabetizados, o voto secreto, a Justiça Eleitoral e elegeu Vargas presidente. Criou a Justiça do Trabalho e tornou o ensino primário gratuito e obrigatório. Extinguiu a polí-



Comoção. Uma multidão revoltada e carente acompanhou o funeral do presidente



ARQUIVO NACIONAL E CORREIO DA MANHÃ/ARQUIVO NACIONAL

Futuro. O estancieiro lançou as bases do Brasil moderno, mais industrial, menos atrasado e com alguma proteção social

tica dos governadores, contrariando o arranjo do "café com leite".

Termina o governo provisório, a primeira fase da chamada Era Vargas. Iniciado o período constitucional, a instabilidade política, militar e social permanecia. Tal como na Europa, o fascismo, por meio da Ação Integralista Brasileira, ganhava corpo, chegando a tornar-se um partido de massas. A esquerda reagiu criando a Aliança Nacional Libertadora, movimento de enfrentamento ao fascismo. Ao fim de 1935, um levante comunista tomou guarnições militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro. O movimento não empolgou o povo, como esperavam seus líderes, e foi rapidamente dominado pelo Exército. Em resposta, Vargas decretou Estado de Sítio, concentrando em suas mãos poderes excepcionais, que utilizou para reprimir duramente os comunistas.

Em setembro de 1937, a imprensa noticiou a hoje conhecida farsa do Plano Cohen. Apoiado pelo Exército e por boa parte da alarmada elite econômica, Vargas ampliou seus poderes, iniciando a terceira e mais obscura fase do seu comando, a ditadura do Estado Novo, marcada pelo fechamento do Congresso, pela intervenção nos sindicatos, pela censura e repressão de opositores, sobretudo à esquerda. Mas também os integralistas, antes alinhados, que tentaram, igualmente sem sucesso, uma rebelião contra o governo em 1938, o que contribuiu para concentrar ainda

mais poder nas mãos de Vargas. As eleições previstas pela Constituição de 1934 foram canceladas e Vargas, que não poderia disputá-las, foi mantido no Catete.

Vargas reforçou sua imagem de líder de massas, falando ao povo sem mediações, em grandes comícios ou por meio da Rádio Nacional, que alcançava boa parte do País. Consolidou-se sua imagem de "pai dos pobres", em virtude da criação do salário mínimo, férias anuais, descanso semanal remunerado e outras leis, compiladas na CLT, decretada com grandes pompas num comício popular no 1º de Maio de 1943, data que passara a ser cultuada pelo governo com desfiles e festas populares, convertida em estratégia de propaganda do regime. Em contraponto, estabeleceu um controle ainda mais rigoroso sobre o movimento sindical e as greves e a intervenção sobre os governos estaduais.

A decantada habilidade política de Vargas foi testada em nível internacional, com a crescente hostilidade entre as potências do Eixo e os Aliados. Vargas, com destreza, acenava aos dois lados, em busca de vantagens para o Brasil. Muitos de seus aliados simpatizavam com o nazifascismo, mas Vargas logrou obter financiamento e tecnologia dos EUA para passar a produzir aço no País. A Usina de Volta Redonda foi conquistada em troca da participação militar ao lado dos Aliados na guerra na Europa. Inaugurada a usina, em 1946, a dependência do aço estrangeiro foi reduzida, amenizando um dos entraves ao nosso desenvolvimento industrial.

Vargas salvou o capitalismo dos capitalistas nativos

Ao fim da guerra, o espaço de manobra internacional encurtou-se. Os Estados Unidos se voltaram para a Europa e o Japão, temendo o avanço da União Soviética. O Brasil, que se considerava credor da gratidão estadunidense, perdeu relevância. A desmobilização da indústria de guerra e sua reconversão e a previsível reconstrução da indústria nos países mais afetados reduziu o acesso brasileiro aos mercados. O financiamento externo minguava, enquanto o Brasil diversificava sua indústria, que ocupara espaços de mercado abertos durante a guerra, implicando a necessidade de importar bens de produção e tecnologias cada vez mais sofisticados e custosos.

A industrialização por substituição de importações, ensinou a mestra Maria da Conceição Tavares, carrega uma contradição interna. A necessidade de divisas para a importação acentuava-se à medida que a indústria se ampliava, mas ainda não tinha a necessária escala para competir, colocando mais pressão sobre o balanço de pagamentos e a política cambial. Isto num momento em que muitas das divisas mantidas pelo país tornaram-se inconversíveis, devido à hegemonia do dólar estabelecida no acordo de Bretton Woods, em 1944. A crise agravou-se, e Vargas foi forçado a renunciar em fins de 1945. Termina o Estado Novo.

Nomeado senador, recolheu-se ao silêncio, mas fez o PTB apoiar o candidato vencedor, Eurico Dutra. Acendeu-se o movimento queremista, marcado pelo bordão "Queremos Getúlio". Ao fim do impopular governo Dutra, Vargas retornou ao poder, desta vez "nos braços do povo", com votação consagradora. Inicia-se a quarta fase da Era Vargas, o governo democrático.

O cenário já não era tão favorável. Não havia recursos externos disponíveis para resolver os gargalos estruturais da economia, embora prometidos pelas missões estadunidenses que analisaram a realidade brasileira, culminando com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, concluída em 1953. Contando com o financiamento das agências internacionais para os projetos da CMBEU (que não ocorreu), Vargas instituiu uma competente assessoria econômica, que legou ao País projetos setoriais e uma política integrada de planejamento, que seriam muito úteis ao seu sucessor e, de certa forma, herdeiro de sua política desenvolvimentista. Os planos legados por Vargas permitiram que Jusce-



Geopolítica. Em troca do apoio brasileiro aos aliados, Roosevelt deu a Vargas a CSN





Impulso. A siderurgia e a Petrobras nasceram na Era Vargas. Assim deixamos de ser um país agrário

lino Kubitschek, que não era do PTB varguista, mas um moderado político mineiro, apoiado pelo trabalhismo, elaborasse seu Plano de Metas, que alcançou um alto nível de crescimento e sofisticação da economia. O governo JK passou à história como os "Anos Dourados".

Em resposta, Vargas estabeleceu leilões cambiais, apertando o controle sobre as divisas, e buscou contornar resistências à ampliação do espaço fiscal. Criou o BNDE, a fim de aliviar a questão do financiamento à indústria, propôs a criação da Eletrobras e fundou a Petrobras, no rastro do movimento popular "O Petróleo é Nosso", nacionalizando a exploração dessa riqueza, para grande desagrado do novo governo republicano dos EUA, que cortou de vez as esperanças de obtenção de financiamento externo.

Logo Vargas foi sendo encurralado. A barulhenta oposição da UDN, liderada por Carlos Lacerda, bradava que o governo era "um mar de lama", utilizando-se habilmente da mídia. A classe média crescia em insatisfação. Vargas decidiu voltar-se diretamente para o povo, instituindo vantagens previdenciárias e dobrando o salário mínimo no comício de 1º de Maio de 1954, o que agravou os temores dos conservadores. Um desastrado atentado contra Lacerda, urdido por auxiliares próximos de Vargas (ao que se sabe sem o seu conhecimento), matou um major da Aeronáutica, acendendo o pavio da revolta nos quartéis. Sitiado politicamente e sem apoio militar, temendo sair preso do Catete, Vargas adotou um gesto extremo. Na manhã de 24 de agosto de 1954, suicidou-se com um tiro no peito.

Sua morte desencadeou revoltas espontâneas contra a mídia e a oposição, gerou enorme comoção popular e conteve as intenções estadunidenses de forçar a revisão da política de exploração mineral. Na Carta-Testamento que deixou denunciava as pressões externas, as tramas antinacionais, colocando-se como um mártir das causas populares.

Seu legado é extenso, duradouro e inestimável, na política social, no desenvolvimento econômico, na construção do Estado e na melhora das condições de vida, apesar de seu paternalismo, realçado no período autoritário.

Até hoje, decorridos 70 anos de sua morte, seu nome é respeitado pelos que o vivenciaram, os que conhecem a História e os defensores dos direitos sociais e da autonomia nacional, tanto quanto atacado pelos setores conservadores. Há quem diga, talvez com certo exagero, que Vargas salvou o capitalismo brasileiro de seus capitalistas.

A Carta-Testamento, reforçando o mito de Vargas, termina dizendo: "Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da imortalidade e saio da vida para entrar na História". •

**O autor é economista.*



Floresta viva

SUSTENTABILIDADE É possível compatibilizar desmatamento zero e atividade econômica na Amazônia, garante um novo estudo

POR CARLOS DRUMMOND

A generalização das queimadas, seja como método agrícola arcaico ou como ação política radical, à semelhança do "Dia do Fogo" em 2019, no Pará, agora espalhadas desde a floresta Amazônica até o Pantanal e os canaviais paulistas, deixou ainda mais evidente a importância da meta de desmatamento zero não só na Amazônia, até 2030, prometida e reiterada pelo presidente Lula, mas também em todos os biomas, segundo propõe a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente.

O planeta acompanha com vivo interesse. Em 2021, o físico Paulo Artaxo, integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC), previu que a pressão internacional para o governo brasileiro deter o desmatamento na Amazônia iria crescer rapidamente porque, se o País perder toda a floresta para as queimadas, por exemplo, a estimativa é de um aumento de até 6 graus celsius na temperatura do planeta, quando a meta global é uma variação de até dois graus neste século. O governo mudou, Lula e a ministra determinaram um combate intenso às queimadas criminosas e a toda atividade ilegal de garimpo e extração vegetal e o desmatamento na Amazônia diminuiu 50% no primeiro ano do atual mandato, mais 38% no primeiro semestre deste ano.

Um argumento adicional em defesa do desmatamento zero é que, inclusive na Amazônia, é perfeitamente possível a sua harmonização com a atividade econômica sustentável e que mantém a floresta protegida, defendem economistas em estudo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. A compatibilidade do desmatamento zero com a atividade econômica retira a última justificativa dos opositores à proteção integral da cobertura vegetal da Amazônia, de que seria uma espécie de sacralização da maior floresta do mundo e significaria retirar o meio de vida de milhares na floresta. Uma desculpa conveniente a mineradores, garimpeiros e pecuaristas com atuação irregular, em busca de pretextos para legitimar sua atividade ilegal.

No trabalho intitulado "Desmatamento zero na Amazônia é factível e traz benefícios econômicos e ambientais", o economista Edson Paulo Domingues e coautores sustentam ser factível tanto o desmatamento zero quanto a geração de ganhos econômicos no bioma. O estudo considera o período de 2021 a 2040 e um desmatamento econômico de 10 milhões de hectares, sendo 7,5 milhões para pastagens e 2,24 milhões para culturas. O cálculo não leva em conta o desmatamento ilegal, a grilagem ou mineração.

> Os custos podem ser contornados com investimento nas atividades que usam áreas de cultivo ou pastagens

O trabalho estabeleceu um cenário de referência de crescimento de 2,2% ao ano para a economia brasileira entre 2021 e 2040 e considerou ainda o crescimento da população em cada região, o aumento da produtividade da terra, em 0,9% ao ano, e do trabalho, em 0,5% ao ano. Nesse cenário, a expansão do PIB amazônico seria ligeiramente inferior à do País e alcançaria 2,17% ao ano. A pesquisa detalha os resultados apontados por um modelo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada, do Cedeplar, sobre as possibilidades do desmatamento zero no bioma, seus custos e benefícios econômicos e ambientais.

De acordo com o estudo, a política de desmatamento zero teria um custo econômico, principalmente para aquelas regiões mais dependentes do uso da terra

ISTOCKPHOTO



Contenção. Destruir o bioma amazônico levaria a um aumento de 6 graus na temperatura média do planeta

em geral, da pecuária de bovinos e da agricultura. "Calculamos o montante de investimentos necessário para os setores associados ao uso da terra no bioma Amazônia neutralizarem os impactos negativos da política de desmatamento zero considerando benefícios econômicos. O nosso modelo simulou um investimento total de 128 bilhões de reais em 20 anos, cerca de 6,4 bilhões por ano", aponta Aline Souza Magalhães, professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, pesquisadora do Cedeplar e coautora do trabalho. Um montante relevante, mas "perfeitamente factível", diz, em linha com outros tipos de desembolso para o desenvolvimento agropecuário, como o Fundo para Desenvolvimento da Região Norte. Esse investimento, calculam os autores do trabalho, permitiria neutralizar os impactos negativos da política de desmatamento zero, além de trazer benefícios econômicos. Seria necessário, contudo, implementar "mecanismos que associem esse investimento à comprovação de não-desmatamento", com incentivo ao crescimento da produtividade em pequenas e médias propriedades na Amazônia por meio de investimento com objetivos específicos, no caso a "adoção de tecnologias provadamente sustentáveis que tornam esses produtos atrativos também no mercado internacional".

A adoção de tecnologias provadamente sustentáveis torna os produtos atrativos também no mercado internacional

A possibilidade de conciliação de desmatamento zero e atividade econômica, levantada pelo estudo, é relevante porque o uso da terra como fator produtivo, principalmente aquele voltado para a expansão agropecuária, é o principal responsável pelo desmatamento sistemático na Amazônia. Descontinuar esse tipo de uso não é o mesmo, contudo, que afirmar a impossibilidade de toda e qualquer atividade econômica em uma situação de desmatamento zero, sustentam os economistas.

Os autores elaboraram uma base de dados detalhada de transição do uso do solo no País, e mapearam as atividades da agropecuária e produção extrativa de 52 regiões, classificadas por estados e segundo os biomas brasileiros. Associaram à base de dados as emissões de gases de efeito estufa resultantes da transição de usos do solo, o que possibilitou captar as emissões da transformação de áreas de florestas em áreas para culturas e pastagens. Estas emissões, anotaram os autores, decorrentes da conversão de áreas de florestas para áreas agrícolas ou pastagem, diminuem o teor de matéria orgânica nos solos, a partir de um processo de perda de carbono do solo para a atmosfera.

As projeções consideram um "desmatamento econômico" no País de 34 milhões de hectares acumulados de 2021 a 2040. Trata-se de desmatamento legal, que utiliza as terras disponíveis legalmente para desmatamento. "Na nossa análise", detalham os economistas, "trabalhamos com desmatamento que é resultado da tendência de expansão das atividades produtivas, o que, portanto, exclui o desmatamento ilegal, grilagem ou mineração. Dos 34 milhões de hectares desmatados nesse cenário, 14 milhões seriam deslocados para pastagem, 12 milhões para culturas e 8 milhões para floresta plantada." Nas regiões que formam o bioma Amazônia, prosseguem, o desmatamento acumulado seria de 10 milhões de hectares de 2021 a 2040, dos quais 7,6 milhões em pastagem e 2,24 milhões em culturas. Esse desmatamento equivale a 526 mil hectares por ano de 2021 a 2040.

O uso da terra como fator produtivo é uma das fontes de desmatamento, pois



Passa a boiada. A agropecuária deixa um rastro de destruição na Amazônia

AUGUSTO MIRANDA/AGÊNCIA PARÁ E ADRIANO BRITO/SISTEMA CNA/SENAR



Renovação. Cidades como Marabá precisam ser revitalizadas no contexto da transição ecológica

se relaciona à expansão da produção agropecuária. Com base em dados do MapBiomas, o estudo do Cedeplar aponta uma ocupação e uso da terra muito heterogêneos no País, com 30% destinados à agropecuária – 65,6% à pecuária e 25% à agricultura –, com um total de 255 milhões de hectares produtivos. A soja ocupa 57% de toda a área agricultável, equivalente a 36,4 milhões de hectares. A cana-de-açúcar ocupa 16,4%, equivalente a 10,5 milhões de hectares.

Um aspecto importante é o efeito econômico, isto é, quais são os custos da imposição de desmatamento zero e como esses custos econômicos poderiam ser evitados com investimento nas atividades que usam áreas de cultivo ou pastagens. Com esses investimentos, destaca Domingues, seria possível evitar parte da deflorestação e das emissões do "desmatamento econômico", representando um ganho ambiental importante e neutro, do ponto de vista econômico, nas regiões. O investimento nos setores agropecuários foi estimado de forma que o impacto negativo da política de desmatamento zero na atividade, no PIB, não ocorresse em nenhuma das regiões da Amazônia.

Quase tão surpreendente quanto a possibilidade de combinação harmoniosa entre desmatamento zero na Amazônia e ganhos econômicos é a necessidade de revitalizar as cidades em meio à floresta. Segundo o engenheiro Antônio Miguel Vieira Monteiro, gerente do Projeto TerraLib e coordenador do Programa Institucional Espaço e Sociedade do INPE, é fundamental recuperar o debate sobre as possibilidades do urbano na região, como a mais forte estratégia para a construção de políticas ambientais inclusivas, portanto com implicações diretas sobre o clima no bioma e as políticas relativas à emissão. Monteiro foi um dos expositores da mesa-redonda especial sobre Economia, Meio Ambiente e Mudança Climática no Seminário de Diamantina, organizado no mês passado pelo Cedeplar-UFMG.

O fator urbano na Amazônia tem sua existência negada historicamente pelos mitos que percebem a região como "um espaço vazio", ou habitat exclusivo de populações indígenas, ou fronteira do campesinato, argumentava a geógrafa Bertha K. Becker, estudiosa da Amazônia por 30 anos. Há três décadas, mais da metade da população vivia, no entanto, em núcleos urbanos, "ainda que sem condições de vida dignas, configurando a Amazônia como uma floresta urbanizada", descreve Becker no trabalho intitulado "A Especificidade do Urbano na Amazônia: Desafios para Políticas Públicas Consequentes", de 1998.



A outra Wuhan

CHINA Famosa pela pandemia, a cidade prospera como um polo de inovação e alta tecnologia

POR ANDRÉ BARROCAL, DE WUHAN*

Kenyite Assumpção Shindo tem 30 anos e mora há dez em Wuhan, epicentro da Covid-19. Acaba de concluir um mestrado em uma universidade que recebe muitos brasileiros em razão de bolsas de estudo, cursos de língua portuguesa e linhas de pesquisa sobre o Brasil. No fim de 2019, correram na cidade boatos de que um vírus se espalharia por lá. Quando os boatos se confirmaram e a prefeitura decretou *lockdown*, em janeiro de 2020, Shindo, de origem japonesa, estava na Malásia. Foi de onde acompanhou a evolução da pandemia. Informava-se com a sogra, chinesa, e as autoridades locais, que instruíam os moradores a respeito de compra de alimentos, entre outras informações. Voltou para a casa após o fim do confinamento, em abril de 2020. "Nunca vi Wuhan tão vazia", relembra, numa quentíssima noite de agosto, mês de verão na China, a saborear churrasquinho e cerveja em um bar de mesas na calçada. "Ninguém sabia ao certo o que ia acontecer, muita gente perdeu o negócio, o futuro era incerto."

A organização e a disciplina asiáticas, teoriza Shindo, foram decisivas para Wuhan enfrentar a pandemia. Uma

ISTOCKPHOTO

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42



The Observer. Os riscos de um acidente nuclear na Guerra da Ucrânia

proeza numa região verticalizada, de prédios enormes, em que aglomeração é rotina. A cidade abriga cerca de 12 milhões de habitantes, o tamanho de São Paulo. O saldo de mortes quando o *lockdown* foi suspenso era de 1,2 mil moradores, patamar que a capital paulista atingiu em apenas duas semanas no pico da doença, em junho daquele ano. A origem do vírus não tem explicação definitiva em Wuhan. A universidade de Hubei, a do mestrado de Shindo, planeja enviar ao Brasil pesquisadores para estudos que contribuam com a resposta, segundo Deng Xiaoming, diretora do Departamento Internacional da instituição. "Eles têm certeza de que não veio daqui", afirma Shindo. "E acham cômico como no exterior ninguém tinha ouvido falar de Wuhan. Se agora alguém sai da China e diz que é de Wuhan, gasta uma hora falando da cidade e do vírus."

O município, um dos dez mais populosos da nação onde cabem sete Brasis,

Parque de diversões. A região congrega *startups* e virou um centro de testes de novas tecnologias, como os ônibus autônomos ou o monotrilho pendurado pelo teto



é bem mais do que o epicentro do coronavírus. Foi personagem da guerra civil e do longo processo revolucionário que desembocou na vitória, em 1949, dos comunistas de Mao Tsé-Tung, líder político que gostava de nadar no Rio Yangtzé, o maior da China, na parte em que as águas banham Wuhan. Conhecida como "a cidade dos cem lagos", sediou em 2022, no pós-pandemia, uma conferência periódica da ONU sobre áreas alagadas. Antes do triunfo dos comunistas, havia sido capital paralela da China, abrigo dos companheiros do "grande timoneiro". Hoje, é uma das estrelas do "socialismo com características chinesas", polo de outra revolução em andamento no país, a tecnológica.

Hubei, estado do qual é a capital, possui 131 universidades e 2 milhões de alunos, dos quais metade estuda em Wuhan. A cidade tem ares futuristas, com táxis e ônibus sem motoristas e um monotrilho suspenso. O nome de uma zona de desenvolvimento de empresas de alta tecnologia e inteligência artificial não esconde as ambições locais: "cidade do futuro". A Huawei, empresa privada gigante do ramo da internet 5G, tem um centro de pesquisas e desenvolvimento na zona. O Instituto de Nova Energia é uma incubadora de *startups* controlada pela prefeitura e pela Universidade Huazhong de Ciência e Tecnologia, foi idealizado em 2010 e saiu do papel em 2016. Sua sede, de 2014, tem design modernista. Um edifício elevado, em formato da flor de lírio, obra de um arquiteto holandês, Jos van Eldonk.

Cerca de 50 empresas estão instaladas no prédio. Entre as pesquisas em andamento, há uma sobre *web* subterrânea sem fio e outra sobre turbinas de energia eólica capazes de operar com ventos fracos. A incubadora viu surgirem drones planejados para entregar encomendas. Eles voam a baixa altitude, uns 120 metros. Foram desenvolvidos por uma companhia privada, a Hubei E-Hawk Technology. Um dos modelos do "e-hawk" é amarelo, tem seis hélices e parece um disco voador com patas de aranha. Possui autonomia para 35 minutos de voo e leva até 12 quilos. Outro modelo, da mesma cor, tem o formato de um avião e potência maior: aguenta quatro horas no ar e 150 quilos de carga. São movidos a energia elétrica (baterias de lítio) e entraram em produção comercial. Aquele que imita um avião custa 150 mil yuans, a moeda chinesa, o equivalente a 115 mil reais.

Nas ruas de Wuhan, há mais de um ano circulam táxis inteligentes, sem motorista. Para cumprirem o trajeto e orientarem-se diante de situações como farol vermelho ou de alguém que atravessa a rua de repente, são equipados com sensores externos e inteligência artificial interna. O passageiro chama-os por meio de um aplicativo, o Luobo Kuaipao, do mesmo jeito que se pega um Uber. O serviço é oferecido pelo Baidu, fabricante do automóvel. A empresa, privada, é uma versão chinesa do Google. O buscador norte-americano e seu *e-mail*, o Gmail, não funcionam na China. Turistas e estrangeiros conseguem usar, caso suas operadoras proporcionem *roaming* internacional. Com infraestrutura local, não dá: o governo não deixa, por entender que o Google serve aos interesses do Tio Sam. Idem em relação ao WhatsApp, outro que tem uma versão chinesa, o Wechat, bastante popular e com mais recursos. É possível pagar contas e chamar táxis, por exemplo.

Em uma parte específica de Wuhan, existem ônibus inteligentes, construídos por uma montadora estatal, a Dongfeng, também capaz de produzir táxis autônomos. Esses ônibus são pequenos, de comprimento equivalente aproximado a dois

Wuhan carrega a ambição de ser a "cidade do futuro"









Imagem. Os moradores rejeitam a ideia de que a pandemia começou lá. O centro de IA está a todo vapor

carros. São como os táxis: sensores e inteligência artificial encarregam-se de fazê-los circular e de orientá-los. Existem paradas próprias na Zona de Desenvolvimento Industrial, região piloto do serviço.

Um monotrilho em operação desde setembro de 2023 é outro a conferir um visual futurista à cidade. Os vagões não estão sob os pés dos passageiros, mas sobre suas cabeças, "pendurados". No piso, há placas de vidro, que permitem aos usuários observar durante o trajeto o que existe embaixo do monotrilho, a uma altura variável de 6 a 20 metros. E o que se vê são algumas áreas verdes e uns parques. A linha tem 10 quilômetros e seis estações e é a primeira do gênero na China. Outras partes do país têm feito testes para adotar a novidade. Os vagões são fabricados por uma estatal, a Optics Valley Traffic Company.

Optics Valley é ainda o nome de uma zona de desenvolvimento industrial de alta tecnologia em Wuhan, nas imediações do lago leste. O lago é um parque, compõe o cenário bastante arborizado da cidade, uma surpresa para olhos ocidentais, acostumados a ver a China retratada como sinônimo de poluição. O secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, viajou certa vez a Pequim em um dia de céu azul na cidade. A BBC, conglomerado midiático mantido pelo governo britânico, publicou uma foto de Blinken naquela visita e nela se via o céu acinzentado. O então embaixador chinês em Londres, Ma Hui, reclamou. Enxergou a foto como uma *fake news* destinada a vender a imagem de uma cidade poluída. Queria que saísse do ar.

Há 15, 20 anos, Pequim tinha um ar denso, escuro, graças à poluição. A situação mudou, no embalo da Olimpíada de 2008, da tecnologia e das necessidades ambientais. As fábricas foram desconcentradas geograficamente. As ruas ganharam carros elétricos, que para emplacar levam menos tempo do que veículos de motor a combustão, e mais árvores. Os aplicativos de aluguel de bicicletas disseminaram-se, e a topografia plana da capital é um incentivo a mais. Agora no fim de agosto, os dias têm sido de céu azul e muito calor, na casa dos 30 graus. Hui, atual vice-diretor do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista, não conseguiu convencer os britânicos a recolher a foto de Blinken. "A imagem da China no mundo via mídia ocidental não é verdade, é distorcida", diz, a apontar a CNN, canal privado de TV dos EUA, como outra fonte daquilo que o governo chinês considera inverdades sobre o país.

A batalha pela opinião pública ocidental é uma das razões para o governo Xi Jinping ter reforçado uma empresa midiática estatal sediada em Wuhan. O Hubei Media Group, no qual trabalham 16 mil funcionários, existe há alguns anos e, em 2023, ganhou sede nova para abrigar vários serviços e um braço internacional, o HICC, cuja missão é divulgar Hubei ao mundo, com conteúdos em inglês e audiovisuais, difundidos por televisão, *web* e redes sociais. Quando da criação da HICC, Jinping disse que o objetivo era mostrar uma China "verdadeira, transformada e complexa". Modernização veloz, no caso de Wuhan, onde o metrô foi inaugurado há apenas 20 anos. Não à toa, um dos ditos populares assegura que "Wuhan é uma cidade diferente a cada dia". "O *soft power* é muito importante para nós e a comunicação é parte disso", resume a chefe do gabinete internacional do estado de Hubei, Zhang Xiaomei.

No *soft power* chinês, Wuhan, outrora epicentro da Covid, agora é epicentro da alta tecnologia. •

**O repórter viajou a convite do Partido Comunista da China.*

ISTOCKPHOTO

Roleta-russa

TheObserver A guerra na Ucrânia amplia os riscos de um novo desastre atômico mais letal do que Chernobyl

POR TIM ADAMS





Não há muitas histórias divertidas sobre a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, diz o ucraniano Serhii Plokhy. Mas ele não conseguiu evitar uma risada muito sombria ao ouvir uma notícia recente. Foi uma declaração do Ministério das Relações Exteriores da Rússia. Diante da perspectiva de as forças ucranianas avançarem pela fronteira em direção a uma usina nuclear russa em Kursk, o ministério pediu a intervenção urgente da Agência Internacional de Energia Atômica.

Dada a conduta da Rússia nos últimos dois anos – o bombardeio e a tomada à força da usina elétrica ucraniana em Zaporizhzhia e, durante algum tempo, a ocupação do local contaminado em Chernobyl em total desconsideração pelos riscos envolvidos, as ironias foram demasiado brutais até para ele. Renomado historiador de Harvard, Plokhy é o autor do relato definitivo não apenas da origem da guerra atual, mas do desastre de Chernobyl de 1986, pelo qual ganhou o prêmio Baillie Gifford de não ficção em 2018, e que no ano seguinte foi uma fonte para o fabuloso drama da HBO sobre o acidente. Seu novo livro, *Chernobyl Roulette*, a ser publicado em regime de urgência no próximo mês, é um relato interno de como as instalações de energia nuclear se tornaram um elemento aterrorizante nas guerras atuais.

Plokhy detalha, com cuidado professoral e no ritmo intermitente de um *thriller*, exatamente o que aconteceu depois de as forças russas entrarem na zona de exclusão de Chernobyl na primeira semana da invasão, em fevereiro de 2022, prendendo mais de cem trabalhadores no interior da usina durante quase cinco semanas, até ela ser libertada pela Ucrânia. De muitas maneiras, o historiador estava destinado a contar esse fato. Nasceu à sombra de Zaporizhzhia, e algumas centenas de quilômetros a favor do vento de Chernobyl (ele tinha 19 anos na época do desastre). Deixou a Ucrânia em 1991 para dar aulas no Canadá, quatro meses que coincidiram com o golpe fracassado em Moscou que precipitou o colapso final da União Soviética e a independência da Ucrânia.

Grande parte de seus textos desde então, disse-me numa chamada *online*, com uma risada, têm sido tentativas de entender "exatamente o que aconteceu nos quatro meses do meu ano sabático". O livro atual é o último episódio dessa missão. Você o lê com crescente desconforto, principalmente porque os fatos caóticos descritos acontecem em tempo real. No dia em que conversamos, a BBC abriu seus boletins com relatos de um grande incêndio em Zaporizhzhia,



ISTOCKPHOTO E BERKLEY CENTER/UNIVERSIDADE GEORGETOWN

Memória. Plokhy, historiador, escreveu um relato definitivo da tragédia em Chernobyl

O mundo está despreparado para uma crise nuclear em meio a uma guerra, diz o historiador Serhii Plokhy

um complexo de reatores muito semelhante à usina arcaica de Chernobyl.

O livro de Plokhy detalha como a AIEA foi até agora impotente para mitigar essas ameaças. E argumenta que "até descobrirmos como proteger as usinas nucleares existentes não temos condições de construir novas". Contraintuitivamente, acredita que a ameaça atual em Kursk oferece uma pequena janela de esperança. "Agora que até a Rússia aponta o dedo para a AIEA, talvez haja uma oportunidade", avalia, "de observar como estamos basicamente despreparados para lidar com uma crise nuclear em uma guerra, quando instalações que foram imaginadas como 'átomos para a paz' tornam-se 'átomos para a guerra'."

O fato de a Rússia ter convidado Rafael Grossi, diretor da AIEA, para visitar sua instalação em Kursk dá apoio provisório a essa ideia (embora a avaliação pré-visita de Grossi de que "é uma usina do tipo Chernobyl", na qual os "elementos de combustível nuclear" são alojados "em algo como um ginásio esportivo" aumente o alarme). "O que vem da Rússia por enquanto é apenas retórica", critica Plokhy. "Mas poderá chegar um momento em que seja mais do que apenas uma tentativa de culpar outros. E talvez novos protocolos possam ser discutidos."

Seu relato da monumental arrogância da ocupação russa de Chernobyl pode servir como prova principal da necessidade de tais controles. "As palavras que eu usaria são 'extrema imprudência'", diz sobre essa operação. "Um total desrespeito à saúde e à vida humanas. E desse ponto de vista mostra que muito pouco mudou desde 1986 em termos de cultura política russa." Como mostrou seu livro original – e a base principal do drama de tevê *Voices from Chernobyl*, de Svetlana Alexiyevech –, o apocalipse foi o resultado não apenas de uma tecnologia antiquada, mas de um sistema de comando e controle que priorizou fatalmente a política partidária em detrimento da ciência, da saúde e da segurança.

Plokhy sugere que o regime de Vladimir Putin não aprendeu nada com esse desastre. "Há esse episódio do conflito atual, que demonstra a extensão de sua imprudência", acusa. "Enquanto eles ocupavam o local, o exército russo começou a cavar trincheiras na zona de exclusão na borda da Floresta Vermelha." As evidências sugerem que tropas recrutadas, sem qualquer roupa ou equipamento de proteção, escavaram alegremente algumas das terras radioativas mais tóxicas da Terra.

Outra cena crucial no livro atual envolve o momento extraordinário no qual os comandantes das forças russas entraram na sala de operações da usina de Chernobyl. O plano era levar sob

custódia os especialistas em segurança e cientistas que monitoravam a usina, sem nenhuma contingência aparente para o que viria a seguir. Plokhy descreve como o equilíbrio de poder naquela sala mudou rapidamente quando os encarregados da usina observaram friamente que, se entregassem o controle, também entregariam a enorme responsabilidade e os riscos de manter Chernobyl segura. "Aquela cena foi incrível", define. "Minha surpresa ao revisitar Chernobyl depois de 1986 não foi apenas ver que a Rússia não havia mudado sua abordagem, mas ver o quanto a Ucrânia havia se afastado daquela cultura de 1986. Os responsáveis pelo local depositaram sua fé nos regulamentos e protocolos. Eles acreditavam que seriam traidores se abandonassem a estação."

A cena, sugiro, seria uma sequência adequada para o teledrama sobre Chernobyl. Plokhy concorda. "A história de 1986 foi de catástrofe, e catástrofes normalmente atraem mais atenção. A catástrofe não aconteceu dessa vez. Em vez disso, é uma história fenomenal, se preferir, de sequestrados a sequestrar sequestradores." O exército russo veio e fez reféns, e os reféns imediatamente voltaram suas *expertises* contra eles.

Para contar essa história, Plokhy teve acesso aos depoimentos dos envolvidos do lado ucraniano, coletados após a libertação. "Chernobyl, obviamente, tem um significado especial no mundo todo, particularmente na Ucrânia. Então, muitos foram imediatamente para o local coletar informações. Tive muita sorte porque o chamado projeto de acerto de contas me permitiu usar esses materiais. Minha tarefa, na verdade, foi dar sentido a tudo isso."

Obviamente, ele tinha interesse pessoal em tudo. Quão fácil foi para ele ser objetivo? "Bem, tomei a decisão de que, ao escrever o último livro, *The Russo-Ukrainian War,* eu tinha uma missão, contar a história dessas pessoas", garante. "E sei que, para ser eficaz nessa missão, tinha de deixar as emoções de lado, ou não permitir que elas dominassem. Tentei sempre que possível usar fontes russas, mas, inevitavelmente, a maioria veio do lado ucraniano. Ainda assim, no fundo da minha mente, constantemente, eu pensava: 'Ok, tenha cuidado com o que você diz. Você não tem todas as fontes'."



O medo da destruição mútua conteve os ânimos durante a Guerra Fria. Mas e agora?

Plokhy tinha família em Zaporizhzhia quando a guerra começou. Seu livro anterior foi dedicado e prestou homenagem a seu primo, morto em combate, perto de Bakhmut, em outubro de 2022. Outros integrantes da família ainda estão lá? "Minha irmã ficou em Zaporizhzhia por um longo tempo. Ela não queria ir embora, tentamos convencê-la e conseguimos. Felizmente, quando os russos tomaram a usina nuclear, ela já estava saindo."

Ele tem obtido informações do local agora? "Os moradores precisam ter muito cuidado. Houve muitas prisões. Então, não, eu não tenho esse acesso. Como todo mundo, leio o que russos e ucranianos têm dito sobre este último incêndio em Zaporizhzhia. Basicamente, acho que os ucranianos provavelmente contam a história mais próxima da verdade: que, por causa do que está acontecendo em Kursk,



Alerta. A Rússia relatou à agência de energia atômica os riscos de um ataque ucraniano em Kursk

os russos estavam interessados em encenar algo e criar alarme queimando pneus lá. Mas não tenho certeza."

Esse impasse de alto risco justifica sua tese mais ampla de que o mundo não tem prestado atenção suficiente na escala da ameaça nuclear. Ele sente-se como uma Cassandra, chamando atenção para um desastre iminente, mas sem ninguém ouvindo direito? "Sim, tenho esse sentimento. E entendo que há boas razões para olharem para o outro lado. Uma delas também foi produzida pela guerra, após sanções ao petróleo e ao gás russos. Alguns querem ver a energia nuclear como a salvadora, não apenas em longo prazo por causa das mudanças climáticas, mas no curto prazo, economicamente. Apesar do que está acontecendo, os últimos dois anos trouxeram as histórias mais positivas sobre energia nuclear desde antes do desastre de Fukushima, em 2011."

RISCO NUCLEAR



MINISTÉRIO DA DEFESA DA UCRÂNIA/AFP

A guerra não é a única coisa que destaca as ameaças a uma maior cooperação internacional em segurança nuclear. Obviamente, Plokhy observa esses eventos se desenrolarem em um ano eleitoral norte-americano. Uma segunda Presidência de Donald Trump, sem dúvida, colocaria em risco o futuro independente da Ucrânia, bem como minaria ainda mais a autoridade da ONU. Como ele vê essa perspectiva? "Não será surpresa para vocês que eu olhe para isso com horror, não apenas em relação a Trump, mas sobre como seu tipo de comportamento político pode ser adotado por tantos dos meus atuais compatriotas."

E o que dizer da outra grande variável no terrível conflito? Ele sente que o poder interno de Putin tem diminuído? "Kursk é um desafio enorme. Ainda há medo de Putin no Ocidente, certamente. Mas, historicamente, havia menos medo na Ucrânia, e ainda há." Uma maneira de olhar para a guerra, diz, é "Putin marchando de um fracasso para outro".

Esse fato traz consigo outras ameaças. "Devemos lembrar do discurso de Winston Churchill sobre o equilíbrio do terror na Guerra Fria", insiste Plokhy. "Foi esse medo de destruição mútua que ajudou o mundo a evitar o cataclismo durante a Guerra Fria. Mas eu diria que o equilíbrio do terror agora é de natureza mais complicada. Essa imprevisibilidade é o que torna este momento tão perigoso."

Apesar de tudo, ele não perde, no entanto, a esperança de que um novo consenso seja formado. "Talvez", diz Plokhy, "a energia nuclear seja o lugar onde podemos começar a criar esse consenso. Talvez a lição de 2022 seja que este é o momento que deve ser aproveitado para falarmos sobre a segurança das instalações nucleares e, então, construir algo para o futuro." Se for esse o caso, seu livro seria um bom lugar para essas discussões começarem. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Tombstone virtual

The Observer As plataformas digitais eliminam as últimas barreiras internas contra a desinformação

POR CAROLE CADWALLADR

Há pouco mais de três anos, uma multidão revoltada organizou-se *online*, desceu sobre Washington, invadiu o Capitólio e ameaçou o vice-presidente com um laço de corda. Mas esses eram os bons e velhos tempos. Estamos vivendo uma realidade diferente hoje, uma em que os bilionários foram soltos.

Nos dias dourados de 2020, as plataformas tecnológicas, ainda a se recuperar de uma reação pública, tinham ao menos de parecer que se importavam. O Twitter (atual X) empregava mais de 4 mil funcionários em "confiança e segurança", encarregados de remover conteúdo perigoso de sua plataforma e farejar operações de influência estrangeira. O Facebook tentou ignorar a pressão pública, mas acabou por banir anúncios políticos que buscavam "deslegitimar a votação", e dezenas de acadêmicos e pesquisadores trabalharam em unidades de "integridade eleitoral" para identificar e denunciar desinformação perigosa.

Ainda assim, entretanto, vastas faixas da população norte-americana estavam convencidas de que o voto foi roubado, e uma multidão violenta quase deu um golpe. Quatro anos depois, estamos agora num lugar muito diferente. E significativamente pior.

Enquanto Kamala Harris curte seu verão de garota do momento e a América liberal suspira de alívio, é para a Grã-Bretanha que os Estados Unidos precisam olhar. Para os manifestantes nas ruas, os carros em chamas e o racismo contagioso e descontrolado a se espalhar como fogo em várias plataformas. Para mentiras amplificadas e disseminadas por algoritmos muito antes de os fatos terem sido relatados, lavados e branqueados por políticos e vigaristas profissionais da mídia.

Assim como o Brexit prefigurou a eleição de Donald Trump em 2016, há sinais de que somos novamente o canário na mina de carvão. Os mesmos padrões transatlânticos, o mesmo manual, os mesmos números. Mas desta vez com um novo conjunto de vulnerabilidades tecnológicas perigosas e descontroladas para ser exploradas. As ruas estão quietas, por enquanto. A violência foi esmagada. Mas isso é a Grã-Bretanha, onde a violência política extremista é alguém que carrega um tijolo e atira uma perna de cadeira. Nos Estados Unidos, não há apenas armas automáticas e direitos de portar armas de fogo abertamente, há milícias de verdade. Independentemente de Harris se sair bem nas pesquisas, os EUA enfrentam um momento singularmente perigoso, não importa quem vença a eleição. Como Trump nos mostrou e como Jair Bolsonaro aprendeu, não se trata mais necessariamente de vencer. Ou mesmo de um único dia. Todo o período entre o resultado e a posse é um momento em que tudo pode acontecer, não apenas para os Estados Unidos, mas para o mundo.



Vale-tudo. Musk desmontou as estruturas de controle no ex-Twitter

Na Grã-Bretanha, o canário cantou. Neste verão, testemunhamos algo novo e sem precedentes. O dono bilionário de uma plataforma tecnológica confrontou publicamente um líder eleito e usou sua plataforma para minar a autoridade dele e incitar à violência. Os tumultos do verão de 2024 na Grã-Bretanha foram o balão de ensaio de Elon Musk.

Ele escapou impune. E se você não está aterrorizado pelo extraordinário poder supranacional disso e suas potenciais consequências, deveria estar. Se Musk escolher "prever" uma guerra civil nos Estados Unidos, como ela será? Se ele escolher contestar um resultado eleitoral? Se ele decidir que a democracia é superestimada? Isso não é ficção científica. Está literalmente a três meses de distância.

Nada disso acontece no vácuo. Por um



PETER POWELL/AFP E DIMITRIOS KAMOURI/GETTY IMAGES/AFP

Pavio. Uma mentira nas redes provocou um ensaio de uma "noite de cristais" contra imigrantes no Reino Unido

breve minuto após 2016, houve uma tentativa de entender como essas plataformas tecnológicas foram usadas para espalhar mentiras e falsidades, ou desinformação, conforme as conhecemos e para tentar preveni-las. Mas esse momento passou. Um esforço de anos por agentes republicanos para politizar todo o assunto da "desinformação" venceu. Ela mal existe hoje nos círculos tecnológicos dos EUA. Qualquer um que sugira que existe – pesquisadores, acadêmicos, equipes de "confiança e segurança" – agora faz parte do "complexo industrial da censura".

Um comitê do Congresso dos EUA liderado pelo republicano Jim Jordan, convencido de que as grandes empresas de tecnologia estavam silenciando vozes conservadoras, entrou em pé de guerra. Ele requisitou o histórico de *e-mails* de dezenas de acadêmicos e congelou todo um campo de pesquisa. Departamentos universitários inteiros entraram em colapso, incluindo o Observatório da Internet de Stanford, cuja unidade de integridade eleitoral forneceu detecção e análise rápidas em 2020.

Até mesmo o FBI foi impedido de se comunicar com empresas de tecnologia sobre um ataque iminente de desinformação e operações de influência estrangeiras, segundo alertaram as autoridades, depois que um processo movido por dois procuradores-gerais chegou à Suprema Corte. *The New York Times* relatou que só agora a comunicação foi retomada discretamente.

Tudo isso ofereceu a cobertura perfeita para as plataformas recuarem. O Twitter demitiu ao menos metade de sua equipe de confiança e segurança. E o mesmo aconteceu com todas as empresas de tecnologia que conhecemos. Milhares de trabalhadores empregados para farejar informações falsas foram demitidos por Meta, TikTok, Snap e Discord.

O Facebook eliminou recentemente uma de suas últimas ferramentas de transparência restantes, o CrowdTangle, crucial para entender o que estava acontecendo *online* nos dias sombrios antes e depois da posse presidencial de 2021. Ele fez isso, apesar dos apelos de pesquisadores e acadêmicos, só porque podia.

A violência na Grã-Bretanha é um prenúncio do que pode acontecer nos EUA

Em 2020, esses esforços pareciam patéticos, insignificantes, inadequados à escala da ameaça. Agora eles se foram, assim como as ferramentas estão se tornando ainda mais perigosas. A OpenAI gabou-se de ter encontrado um grupo iraniano que usou o ChatGPT para acionar uma campanha de influência eleitoral nos Estados Unidos, o que teria sido mais impressionante se a última notícia de sua equipe de confiança e segurança tivesse sido quando ela foi dissolvida, em maio, após seus cofundadores renunciarem.

Mas o que Musk, o novo autoproclamado Senhor da Desordem, fez foi arrancar a máscara. Ele mostrou que nem precisa fingir que se importa. No mundo de Musk, confiança é desconfiança e segurança é censura. Seu objetivo é o caos. E ele está chegando. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.



Catálogo de cenários

AUDIOVISUAL A Embratur e o MinC tentam criar uma política para transformar o Brasil em locação de filmes e séries internacionais

POR ANA PAULA SOUSA, DE FERNANDO DE NORONHA*

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 54



Livro. Três autoras discutem o sentido do consentimento nos casos de violência sexual



Com vista. Lia de Itamaracá abriu o evento realizado em Fernando de Noronha, com a presença de Freixo e de representantes de 21 estruturas municipais de apoio a filmagens

No início do ano, a Netflix, em parceria com o governo francês, criou o *Voyage en France*, mapa interativo que funciona como um guia turístico voltado a fãs de filmes e séries. O *site* oferece, por exemplo, um roteiro com locações de *Emily em Paris*. O guia *Lonely Planet*, por sua vez, tem uma versão dedicada apenas a produções audiovisuais.

Embora o turismo cinematográfico seja embalado para consumo desde a década de 1990, os novos modelos de produção e distribuição do *streaming* fizeram com que a relação entre audiovisual e turismo adquirisse uma dimensão inédita e passasse a mobilizar os governos.

No Brasil, os efeitos do fenômeno são inexpressivos em termos de produções realizadas, mas respingam na administração pública, que passou a criar as chamadas *Film Comissions*. A expressão, usada em inglês, designa estruturas vocacionadas para facilitar filmagens e atrair produções para determinados destinos.

Foi essa onda que motivou a realização do Noronha2B – Film Commission Forum, que aconteceu entre 19 e 23 de agosto, em Fernando de Noronha (PE) e reuniu representantes de 21 *Film Comissions* brasileiras. O evento, aberto com um show de Lia de Itamaracá, também serviu de palco para que Embratur e Ministério da Cultura (MinC) explicitassem o plano de criação de uma *Film Comission* nacional.

"Das dez maiores economias do mundo, o Brasil é a única que não tem uma *Film Comission*", diz, a *CartaCapital*, Marcelo Freixo, presidente da Embratur. "A esquerda sempre olhou muito mais para a cultura que para o turismo, por ver o turismo como algo ligado ao lazer. Mas o turismo é uma alternativa econômica para o século XXI, e o audiovisual é fundamental para o desenvolvimento do turismo."

> A exploração do chamado turismo cinematográfico ganhou impulso com o *streaming*

A presença de Freixo e de Márcio Tavares, secretário-executivo do MinC, emprestou ao encontro uma institucionalidade que parece indicar o início de uma ação coordenada em torno desse tema.

O cineasta e produtor gaúcho Zeca Brito, idealizador do evento, diz que, ao reunir esse grupo, seu objetivo era "legitimar as comissões fílmicas" e, ao mesmo tempo, dar materialidade às ações de cada uma delas. Mas não só: "Também queríamos colocar os dois setores, audiovisual e turismo, em contato e provocar o Poder Público, mostrando que a cultura pode ter um protagonismo no turismo".

Como diz Paulo Senise, ex-presidente da Embratur e um dos curadores do Noronha2B, "o turismo depende de imagens e o audiovisual faz isso". Dois exemplos comumente citados são o aumento de 38% no turismo na Nova Zelândia entre 2000 e 2006, a partir de *O Senhor dos Anéis*, e de 38% na Croácia, mais recentemente, por conta de *Game of Thrones*.

Para entender esse movimento, em geral abordado apenas pela ótica positiva, é importante levar em conta a própria lógica da indústria do entretenimento. No livro *Global Hollywood*, de 2013, Toby Miller, ao tratar da hegemonia do cinema norte-americano, já delineava as feições da nova fase da internacionalização de Hollywood.

De acordo com Miller, três dos cinco candidatos ao Oscar de Melhor Filme em 2000 foram rodados fora dos EUA. Nesse ano, os estúdios gastaram, por meio de incentivos fiscais, 10 bilhões de dólares.

Andressa Pappas, diretora de relações governamentais da Motion Picture Association (MPA), que tem, entre os associados, Disney e Netflix, mostrou, na apresentação realizada no arquipélago, um mapa que indica as localidades com "políticas de atração de investimento".

MARIANAO CORRÊA E MICHELE ROTH



"Com o advento do *streaming*, a demanda por produção aumentou muito", pontua ela. "Nesse contexto, vários Estados e governos começam a se perguntar como se colocar de maneira mais competitiva no mercado. Esses programas se proliferaram pelo mundo, e todos têm uma *Film Comission* atrelada a eles." A MPA possui acordos com mais de cem localidades.

No Brasil, um estudo conduzido pelo grupo de pesquisa coordenado por Nathália Körössy, na Universidade Federal de Pernambuco, registrou 21 *Film Comissions*, quase todas municipais e criadas por decreto, a partir de 2019. As de São Paulo e Rio de Janeiro oferecem, desde 2022, incentivos financeiros por meio do *cash rebate*, um reembolso de despesas "elegíveis" realizadas nas cidades.

Outro sistema adotado internacionalmente é o *tax credit*, ou crédito fiscal. Segundo Freixo, a Secretaria do Audiovisual estuda os modelos possíveis para a futura comissão fílmica federal.

"Também é possível direcionar os investimentos para regiões específicas", diz Freixo. "Devemos lembrar que 20% da biodiversidade do mundo está no Brasil." Foi, nesse sentido, simbólico que o fórum acontecesse em Fernando Noronha. O arquipélago, afinal de contas, tem uma das maiores diversidades marinhas do mundo, mas não só.

A França, em 1914, instalou na ilha o Cabo Francês para Telegrafia e, em 1927, a Companhia General Aeropostale, precursora da Air France. De 1957 a 1965, os EUA mantiveram aqui o Posto de Observação de Mísseis Teleguiados. Essas marcas se deixam ver em pontos que carregam, da história, o nome: Praia do Americano, Morro do Francês e Air France.

"Que tipo de turismo quero que chegue aqui? O turismo que gere emprego, renda, e formação. Mas também que contribua para a preservação da identidade local e do meio ambiente", reforçou Freixo.

Enquanto as estruturas municipais lidam com as questões ligadas às cidades, a federal, além de incentivar novos protagonismos no turismo, deve cuidar de aspectos como alfândega, vistos e importação de material. Outra diferença é que a *Film Comission* federal teria a captação de turistas como foco permanente.

> Cada vez mais, Hollywood roda produções em países que ofertam incentivos fiscais

"Apesar de as comissões nascerem ligadas ao turismo, como as estruturas são enxutas, não há fôlego para se trabalhar essa dimensão. Elas, basicamente, respondem às demandas", diz Nathália. "No Brasil, o grande caso de turismo gerado pelo audiovisual talvez seja o das favelas."

A fragilidade do modelo fica clara em um exemplo dado por Cristiano Braga, supervisor de Cultura da Embratur: Cabaceiras, no Cariri paraibano. A cidade recebeu mais de 50 produções e oferece um roteiro pelos caminhos percorridos por João Grilo e Chicó, em *O Auto da Compadecida*. Mas não tem uma *Film Comission*.

O papel de uma *Film Comission*, diz Braga, é potencializar um destino como locação e explorar os "benefícios de uma certa complementariedade": "A presença de produções pode gerar novas qualificações e mesmo um catálogo de serviços. Por isso uma *Film Comission* deve ser entendida no âmbito das políticas públicas".

Em São Paulo, a oficialização da *Film Comission* pela SPCine, em 2015, foi assim posicionada. "No caso de uma política pública, a ideia é mobilizar ferramentas para atrair produções e trabalhar para tornar a administração pública mais amigável para filmagens", explica Daniel Celli, que trabalhou na São Paulo Film Comission e ho-



je está à frente da Film Comission do Rio.

"Antes, muitas produções, em São Paulo, eram filmadas da janela para fora. Hoje, os espaços públicos paulistanos são muito mais filmados", conta Celli. "O Rio é filmado há mais de cem anos, mas a cidade demorou para ter isso como pauta estratégica. Em 2023, passou Paris em número de diárias autorizadas." Essa conta inclui todo e qualquer tipo de filmagem – e não apenas filmes e séries. O *cash rebate*, segundo Celli, tem sido acessado, sobretudo, pelas plataformas de *streaming*.

São também as plataformas que respondem pelo *boom* de filmagens em dois países presentes no Fórum: Portugal e Uruguai. Ana Marques, diretora-executiva da Portugal Film Comission, conta que o Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema foi criado em 2018, pela secretaria do Turismo, com o intuito de atrair filmagens e grandes eventos. No ano seguinte, nascia, em fase de teste, a *Film Comission*.

Os bons resultados fizeram com que a estrutura se tornasse permanente e ficasse abrigada no Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA). A Netflix, por exemplo, rodou em Lisboa a série *Heart of Stone* e, em diferentes partes do país, o filme *Damsel*. "Aplicamos um teste cultural, baseado em pontos, para entender se a produção interessa ao país e ao turismo", diz Ana. Recentemente, o sistema foi readequado para evitar que apenas as grandes produtoras conseguissem acessar os recursos.

Mapa-múndi. As sequências iniciais de *A Sociedade da Neve* foram rodadas no Uruguai e *Damsel* foi filmado em Portugal. Para Zeca Brito (*abaixo*), a cultura é um motor para o desenvolvimento do turismo



NETFLIX E REDES SOCIAIS/N2B

Ignacio Curbelo, diretor-geral do Ministério do Turismo do Uruguai gosta de, antes de celebrar os resultados da *Film Comission*, esmiuçar o contexto do país. Ele diz que o Uruguai é considerado a mais sólida democracia da América Latina; é o país da região com maior uso de energia limpa e com a mais veloz conexão à internet; e possui um imposto nacional único.

"Temos, além disso, grande infraestrutura técnica. E as distâncias curtas e o trânsito ágil permitem que, em pouco mais de uma hora, se saia de uma paisagem urbana para o mar ou o campo. Montevidéu já foi de Havana Velha a Berlim", conta. As sequências iniciais de *A Sociedade da Neve* foram lá filmadas, assim como partes de *Senna*, a série da Netflix produzida pela brasileira Gullane. Em todos esses casos, as produtoras locais trabalham como prestadoras de serviços.

Márcio Tavares, do MinC, que participou de uma mesa no Noronha2B, sobre a regulação do *streaming* no Brasil – tema que, de forma indireta, se cruza com o das *Film Comissions* – garantiu que, até o fim da atual gestão, essa outra pauta avançará.

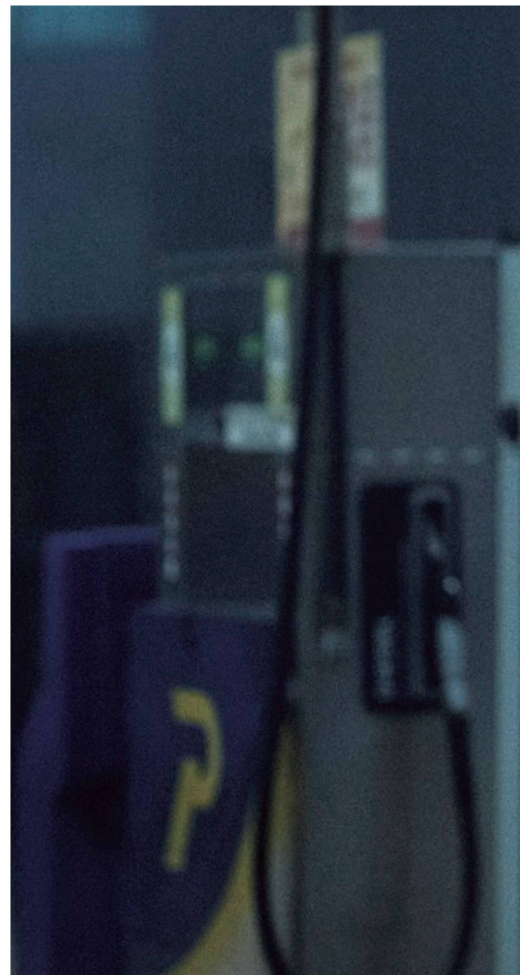
"Entregar uma *Film Comission* é uma das nossas metas como gestão", diz Tavares. "Esse debate permeia o governo e o Congresso. Estamos agora discutindo um substitutivo para o Projeto de Lei (já existente) para chegarmos ao formato que achamos que uma *Film Comission* deve ter." •

**A jornalista viajou a convite da organização do Noronha2B.*

Um ator com seus truques e dramas

TheObserver O espião de *Slow Horses* carrega em si outros muitos personagens incomuns encarnados por Gary Oldman

POR VANESSA THORPE



JACK ENGLISH/APPLE TV+

Existem chefes ruins e existe Jackson Lamb: amarrotado, malcheiroso, desanimado e levemente corrupto. Mas, para os fãs de *Slow Horses*, a série baseada na ficção de espionagem de Mick Herron que volta à Apple TV+ na quarta-feira 4 de setembro, ele é um personagem que emite, constantemente, um brilho magnético, mas petrificado.

Lamb, interpretado com perfeito desleixo por Gary Oldman, é o espião de desempenho medíocre que, misteriosamente, foi colocado no comando de uma equipe de espiões inoperantes.

Nas mãos hábeis de Oldman, é como se Lamb, o espião-mestre, carregasse o fardo não só de seus próprios fracassos, mas dos fracassos de todo o público. Ele bebe, xinga, peida e desmoraliza sua equipe. Para Lamb, não há amanhecer sem pessimismo nem piada sem uma dura verdade ao fundo – o feito, na ficção, é alcançado graças aos diálogos refinados.

O papel deu a Oldman uma base de fãs apreciável no *streaming* – ainda que não comparável ao sucesso alcançado como Sirius Black, na franquia *Harry Potter*, e somou mais um desempenho marcante em uma carreira de papéis fora do comum, muitas vezes perturbadores.

Ele foi o *punk* Sid Vicious em *Sid & Nancy, o Amor Mata* (1986), de Alex Cox; o dramaturgo Joe Orton em *O Amor Não Tem Sexo* (1987), de Stephen Frears; o infame assassino de *JFK: A Pergunta Que Não Quer Calar* (1991), de Oliver Stone; e o Drácula de Francis Ford Coppola, em 1992.

Nos anos seguintes, Oldman tornou-se uma figura admirada em Hollywood, com atuações recorrentes, por exemplo, nos *Batman* de Christopher Nolan. Recentemente, apareceu quase irreconhecível como o presidente Harry Truman no último filme do diretor, *Oppenheimer* (2023).

Mas nada rendeu tanta aclamação a Oldman quanto a interpretação de dois heróis contrastantes e particularmente britânicos: George Smiley, o cuidadoso chefe do serviço secreto no filme *O Espião Que Sabia Demais* (2011), baseado no romance de John Le Carré, e Winston Churchill em *A Hora Mais Escura* (2012). Com o primeiro, foi indicado ao Oscar; com o segundo, levou a estatueta dourada. A terceira indicação veio com *Mank* (2020), de David Fincher.

> “Quando olho para trás e revejo alguns dos papéis que interpretei, penso: ‘Sabe? Tive muita sorte, me saí muito bem’”

Todo ator muda regularmente de forma com a ajuda de figurinos e adereços, mas, para Oldman, essa possibilidade parece ser especialmente atraente: “Adoro um disfarce”, disse ao *site* Hollywood Deadline, durante as filmagens de uma das temporadas de *Slow Horses*. “Gosto de me esconder porque, no fundo, me escondo também de toda a minha bagagem.”

Entre os itens de sua bagagem estão, provavelmente, a infância difícil e o vício em álcool já superado. Ele teve também alguns casamentos fracassados.

Oldman nasceu em New Cross, em



Novo sucesso. Em *Slow Horses*, série que retorna agora à Apple TV+, o astro dá vida ao amarrotado, desanimado e malcheiroso Jackson Lamb

1958 e seu pai era um soldador e ex-marinheiro que deixou a casa e a mãe de Gary quando o filho tinha 7 anos. O adolescente Gary, torcedor do Millwall, foi inicialmente atraído pela ideia de uma vida na música, mas passou a gravitar em torno do teatro ao ver Malcolm McDowell no palco. Foi então para a escola de teatro e, depois de algumas atuações, ganhou papéis de destaque em teledramas.

É inevitável que os atores de cinema, ao longo da carreira, acumulem, dentro de si, os próprios personagens. A despeito dos adereços variados e das tendências camaleônicas, um ator sempre será impactado pelas pessoas que retratou antes na tela – quer ele goste delas ou não. É como se o catálogo de trabalhos realizados construísse, pouco a pouco, uma rede visual e emocional.

Bons diretores de elenco sabem disso e, muitas vezes, deixam um ator jogar contra a sua imagem pública – um vilão de repente torna-se um herói ou vice-versa. Infelizmente, a imagem de uma estrela também é afetada por associações com a vida privada. Entendendo esse risco, os estúdios, na era de ouro de Hollywood, passaram a proteger ferozmente as reputações. Ao longo do tempo, essa rede de proteção foi se desfazendo.

Na década de 1990, passaram a circular na imprensa rumores sobre o alcoolismo e o comportamento indisciplinado de Oldman. Mais recentemente, ele foi acusado de violência contra sua terceira mulher, Donya Fiorentino, mãe de seus filhos mais novos, Gulliver e Charlie. As denúncias, negadas por ele, foram feitas durante uma entrevista concedida por Donya, enquanto o ator era venerado por *O Destino de Uma Nação* (2017).

Antes disso, em 2014, Oldman emitiu um pedido de desculpas por ter ofendido o povo judeu. Em uma entrevista à revista *Playboy*, ele havia demonstrado simpatia por Mel Gibson que, anos antes, fizera comentários antissemitas ao ser flagrado dirigindo embriagado. Oldman, no comunicado, se disse "profundamente arrependido" pela forma como havia se manifestado: "Tenho uma enorme afinidade pessoal pelo povo judeu em geral e, em particular, por aqueles que fazem parte da minha vida".

A possibilidade de tomar para si um novo conjunto de adereços e uma nova identidade pode tornar-se viciante para um ator – não importando o que o público pense saber sobre ele. Oldman, certamente, não só aprecia os papéis excelentes que ganhou ao longo dos anos, como também sabe que alguns personagens seguem com ele. "Quando olho para trás e revejo alguns dos papéis que interpretei, penso: 'Sabe? Tive muita sorte, me saí muito bem'. Tive alguns especiais que chegaram e pousaram sobre a mesa."

Os amantes do cinema – e das séries – esperam que bons roteiros continuem pousando à frente de Oldman. E se a mesa à qual ele estiver sentado quando eles pousarem for aquela de Jackson Lamb, na suja Slough House de *Slow Horses*, saberemos que ela estará, decerto, coberta de copos de uísque vazios e pontas de cigarro. •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

As nuances do "sim" e do "não"

LIVRO Três autoras buscam clarificar as estruturas de poder e as marcas culturais que estão por trás da violência sexual

POR CRISTINA FIBE*

Nem "não é não" nem "só sim é sim". Os dois *slogans*, embora tenham representado avanços no combate à violência sexual, não são suficientes para abarcar todas as nuances que separam o consentimento dado de forma livre daquele que pode ser considerado inválido pela Justiça.

Ambos caem num erro recorrente quando se trata de separar o que é sexo do que é violação: focar nas ações da vítima, em vez de olhar para o agressor.

Como ela se comportou? Deixou claro que não queria seguir? Reagiu de forma "enérgica"? Ficou em silêncio? Ou, pior, concordou com tudo para que acabasse logo?

E se, em vez de fazer essas perguntas, observássemos o violador? Ele exercia algum poder sobre aquela mulher? Há relatos de violência psicológica, moral ou patrimonial? Ameaçou ou constrangeu a vítima a ponto de ela ficar impedida de dizer "não"? Já machucou outras mulheres?

O recém-lançado *Precisamos Falar de Consentimento: Uma Conversa Descomplicada Sobre Violência Sexual Além do Sim e do Não* provoca, justamente, essa inversão do olhar.

Escrito pela psicóloga Arielle Sagrillo Scarpati, pela antropóloga Beatriz Accioly Lins e pela promotora de Justiça Silvia Chakian, o livro explora de forma didática – mas sem ser enfadonho ou óbvio – os cenários em que o consentimento pode, ou não, ser considerado legítimo.

As três autoras, com diferentes experiências no campo da violência contra a mulher, chamam a obra de "antimanual", "pois não há respostas infalíveis, receitas prontas, soluções rápidas, fáceis ou inequívocas. Tudo o que envolve relações humanas é contextual, complexo e fruto de negociações constantes e contínuas".



PRECISAMOS FALAR DE CONSENTIMENTO: UMA CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL ALÉM DO SIM E DO NÃO

Arielle Sagrillo Scarpati, Beatriz Accioly Lins e Silvia Chakian.
Bazar do Tempo (184 págs., 92 reais)

Isso não quer dizer, porém, que elas não tenham clareza quanto aos cenários nos quais a mulher é impedida de dar o seu livre consentimento. Ele é inválido, por exemplo, se dado "mediante manipulação emocional ou chantagem", ou se vem "da pessoa embriagada, da criança, da pessoa sem condições de dizer 'não'".

As autoras vão ainda mais longe: "Uma mulher em situação de violência doméstica que vive constantemente assustada, acuada ou fragilizada – essa mulher pode consentir livremente? Entendemos que não".

"Chamamos esse tipo de consentimento de 'consentimento viciado', pois está comprometido por coação, coerção e pressão", afirmam. "Em situações de ameaça ou uso de força, fraude, chantagem, abuso de poder, dependência ou vulnerabilidade, o consentimento de fato não representa a vontade das pessoas envolvidas."

O "sim é sim", portanto, perde o seu valor se a vítima ficou sem a opção de decidir livremente. Ela disse "sim" ao chefe com medo de perder o emprego? Ao marido, para evitar ficar sem teto ou sem os filhos? Ou ao guru espiritual, diante da promessa de cura? Que domínio essa vítima teve, realmente, sobre o próprio corpo? A resposta é uma só: nenhum.

Por isso, escrevem as autoras, "falar em consentimento invariavelmente envolve abordar relações, desigualdade e poder".

Poder é outra palavra-chave na interação sexual. Ao contrário do que está sacramentado no senso comum, a violência sexual não é um crime de prazer ou paixão, causado por um arroubo de libido, um descontrole do homem em busca de satisfazer seus desejos. Muito longe disso, o crime sexual é uma demonstração de poder.

Esse é um dos mitos que o livro procu-



SIMONE MARINHO

Antimanual feminista. Arielle, psicóloga, Silvia, promotora de Justiça, e Beatriz, antropóloga (a *partir da esq.),* refletem juntas sobre as armadilhas abrigadas na palavra "consentimento"

ra derrubar. Está embutida nessa ideia, mais uma vez, a culpabilização da vítima, construída a partir daquelas velhas e conhecidas frases como: "Quem mandou sair com essa roupa?" ou "Estava fazendo o que na rua a essa hora?"

Depreende-se, de perguntas como estas, que algo, na postura de quem sofreu o crime, contribuiu para que ele acontecesse. É como se não fosse preciso exigir uma mudança estrutural e radical na postura dos homens que cometem essas violências.

Não custa repetir: não é a vítima a culpada pela violência sexual. Por mais aterrorizante que seja essa ideia, não há nada que as mulheres possam fazer para impedir esse crime. A única ferramenta disponível para elas é a denúncia.

As pesquisas mostram que a maior parte dos violadores não age só uma vez. Buscar a Justiça, então, pode impedir que eles façam novas vítimas. Mas como acreditar na Justiça quando as mulheres sofrem constantes humilhações nos tribunais, por parte de promotores, advogados e juízes que questionam suas posturas e reações?

Na ausência de uma definição legal para o consentimento válido, o estupro está, no Código Penal, aberto à interpretação de agentes da lei que são fruto da mesma sociedade que normaliza a violação dos corpos das mulheres.

Como escreve a advogada criminalista Fayda Belo no livro *Justiça Para Todas* (Editora Planeta), os assustadores números de violência contra a mulher são resultado de "um Estado intrinsecamente machista, que utilizou a lei para determinar que a mulher não só era propriedade do homem, como se tratava de um ser humano inferior, desprovido de inteligência, autonomia e vontades, com papel meramente reprodutivo".

Essas crenças, muito antigas e sacramentadas pela Igreja, família e pelo Estado, fundam a cultura do estupro. E é parte dessa cultura encorajar meninos e homens a demonstrar poder e virilidade, e meninas e mulheres, sempre objetificadas, a se submeter às suas vontades – e em silêncio.

Nesse contexto, falar de consentimento livre é quase subversivo. E o que o livro de Arielle, Beatriz e Silvia propõe é um avanço necessário para a proteção legal das vítimas e também para a prevenção de novos casos. •

**Cristina Fibe é jornalista e escritora especializada na cobertura de violência contra a mulher.*

Mosaico da infâmia

RESENHA EM NOVO LIVRO, O JORNALISTA LUIS NASSIF JUNTA AS PEÇAS PARA EXPOR AS ORIGENS DA CONSPIRAÇÃO DA LAVA JATO

POR SERGIO LIRIO

O presidente Lula não é o único que deve agradecimentos ao *hacker* Walter Delgatti. A "Vaza Jato", claro, permitiu a correção das injustiças e abriu as portas ao retorno do petista ao Palácio do Planalto, mas não só. Os vazamentos das conversas dos procuradores da República de Curitiba caíram como uma luva para quem buscava um pretexto para camuflar sua responsabilidade na mistificação de um projeto político-econômico-partidário disfarçado de combate à corrupção. Convenhamos: os desmandos de Sergio Moro, Deltan Dallagnol e associados eram por demais evidentes, dispensavam a bisbilhotagem de Delgatti. Só não viu quem não quis. E não foram poucos, de juízes coniventes a meios de comunicação parceiros, jornalistas carreiristas, que trocaram a honra por 15 minutos de fama como taquígrafos da força-tarefa, e todos aqueles incapazes de vencer Lula e o PT no voto.

No auge da Lava Jato, quando Moro havia sido elevado à condição de santo da moralidade, três vozes remaram contra a maré e nunca abandonaram os princípios basilares do jornalismo: esta revista, abrigo das reportagens de Marcelo Auler, e os portais de Luís Nassif e Paulo Henrique Amorim, que faz muita falta. Todos pagaram um preço por manter a coerência e o senso crítico.

A "Vaza Jato" teve, para muitos, o efeito da libertação do jugo nazista na Europa. Colaboracionistas tornaram-se, de repente, adversários ferozes da força-tarefa. Quem havia silenciado nos momentos mais críticos soltou a voz nas estradas contra as ameaças ao Estado de Direito. Dois dos esportes favoritos voltaram à moda e revelaram novos campeões nacionais: o chute no cachorro morto e o esqueçam o que escrevi. Um famoso jornalista, com quase 60 anos de profissão, não teve pudor em perguntar: como a imprensa se deixou enganar por Moro? Um lenço, por favor.



A CONSPIRAÇÃO LAVA JATO
Luis Nassif. Editora Contracorrente (342 págs., R$ 99)

A corrupção de quem prometia combater a corrupção foi exposta, mas o completo entendimento da tramoia urdida além dos gabinetes obscuros de Curitiba ainda não foi alcançado. Em *A Conspiração Lava Jato,* seu novo livro, lançado pela Editora Contracorrente, Nassif vasculha o passado recente, encadeia fatos e radiografa o comportamento das instituições em busca de respostas. Os capítulos e os tópicos funcionam como peças de um quebra-cabeça, partes de um mosaico. Das várias obras lançadas para marcar os 10 anos da operação, esta é a que mais se aproxima de uma investigação abrangente a respeito das motivações e das consequências dos delírios de poder do ex-juiz e da malta de procuradores inescrupulosos, servis a interesses externos. Ao fim da leitura, descortina-se o panorama do "suicídio coletivo" do Brasil, como define Nassif na introdução. •



Histórico. Nassif vasculha os antecedentes

REDES SOCIAIS



BAPTISTÃO

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Atletas paralímpicos

▶ O início da Paralimpíada, em Paris, é uma boa oportunidade para nos educarmos todos sobre as formas de tratamento das pessoas com deficiência

Com o início da Paralimpíada de Paris foi dada também a largada para uma campanha que busca esclarecer, mais uma vez, os desvios de tratamento na abordagem dos atletas paralímpicos.

Começo aqui por lembrar que os atletas são competidores e não participantes e que é equivocado dizer que são exemplos de superação.

É preciso, de uma vez por todas, superar-se qualquer ideia que remeta a um sentimento de pena. Eles são, reconhecidamente, atletas de alto rendimento.

Outra expressão inadequada para referir-se aos atletas é "portadores de necessidades especiais". O correto é dizer pessoa deficiente, expressão que deixa claro que deficiência é uma característica.

Como disse uma atleta: "Ninguém porta deficiência. A pessoa tem deficiência".

Esse e mais alguns ensinamentos devem colocar os torcedores, e mesmo repórteres e apresentadores, nos eixos, corrigindo os deslizes e descuidos habituais.

E sabemos que, em termos de esportes paralímpicos, o Brasil é potencia mundial. Há muito tempo o País termina as competições entre os dez primeiros colocados.

Esses resultados expressivos se devem à Lei Agnelo/Piva, de 2001 – que estabelece que 2% da arrecadação bruta das as loterias federais seja repassado aos comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros – e à construção, em São Paulo, de um Centro de Treinamento apropriado para mais de 15 modalidades.

Também é importante observar que nada disso seria possível se não tivessem sido desenvolvidos mecanismos de acessibilidade e soluções arquitetônicas adequados.

A propósito desse tema, observo aqui que vi uma reportagem, na tevê, na qual eram mostradas as dificuldades da acessibilidade na própria Paris – provavelmente por ser uma cidade bastante antiga.

Mas os Jogos Olímpicos de 2024 devem servir de alavanca para facilitar a vida daqueles que, na capital francesa, precisam de tais recursos.

Sinto-me bastante feliz com o sucesso dos nossos atletas também pelo fato de ter trabalhado alguns anos no Centro de Reabilitação Profissional, como médico do INSS, no Rio de Janeiro, e acompanhado o início da evolução de algumas iniciativas.

Dentre elas, destaco o futebol de deficientes visuais na quadra da Escola de Educação Física do Exército, na Urca, e o futebol de amputados treinado, em condições difíceis, por Uchoa, lateral do América do Rio, com extraordinário desprendimento.

Tive o prazer de encontrar pelas ruas pessoas que tiveram a oportunidade de receber próteses apropriadas relatando, com alegria, suas trajetórias e vitórias nos campos desportivos.

Vamos agora torcer para que na Paralimpíada, que teve início na quarta-feira 28 e segue até 8 de setembro, nossos atletas consigam realizar-se.

Enquanto isso, ao mesmo tempo que os "Brasileirões" masculino e feminino avançam, o futebol europeu ensaia seu início de temporada.

A Federação Internacional de Futebol (FIFA), por sua vez, anuncia aquilo que já se previa para 2025: um campeonato mundial com 32 times espalhados pelos quatro continentes, sendo realizado nos Estados Unidos, e que já conta com 30 classificados.

O sistema de disputa será o da divisão em grupos, com a classificação inicial de dois times, seguindo-se depois o esquema de mata-mata e a final em jogo único.

O Brasil conta com três participantes confirmados: Flamengo, Fluminense e Palmeiras. A classificação se deu de acordo com os desempenhos nas Libertadores dos quatro últimos anos.

Aqui do nosso lado, novidade mesmo é o Fortaleza assumindo a liderança do "Brasileirão" na sequência do belo trabalho desenvolvido pela direção administrativa e pelo técnico argentino Voyvoda.

Daquilo que temos a lamentar, seguem as queixas em torno do calendário apertado demais.

E surge ainda, em meio a isso, a triste notícia da parada cardiorrespiratória – associada a arritmia cardíaca – que acometeu o zagueiro uruguaio Juan Izquierdo, durante a partida do Nacional contra o São Paulo, no Morumbi.

O atleta morreu nesta terça-feira 27, na UTI do Hospital Albert Einstein, para onde havia sido levado na quinta-feira 22, quando passou mal durante o jogo válido pela Libertadores.

Foram chocantes as cenas de um companheiro procurando ampará-lo enquanto ele perdia as forças. •

redacao@cartacapital.com.br


SÃO PAULO
ENTÃO VOCÊ PREFERE O *COACH* OU O EMEDEBISTA?
É.
TEM CURA, DOUTOR?
SIM.
MAS PRECISA PARAR DE ENGOLIR ESSAS PORCARIAS NA INTERNET.
Desenha
Desenha
Desenha



SEJA VISTO POR TODOS!

No Brasil, aproximadamente 6,5 milhões de pessoas são cegas ou têm baixa visão.

Se a sua empresa não as enxerga como possíveis consumidores ou colaboradores, então ela está com a visão limitada para as oportunidades.

Há mais de sete décadas, a Fundação Dorina Nowill para Cegos promove a autonomia e inclusão social de pessoas com deficiência visual.

AUDIOVISUAL

AUDIODESCRIÇÃO | AUDIOLIVROS | ESTÚDIO | LEGENDAGEM | LIBRAS

BRAILLE

EDITORIAL | REVISÃO | GRÁFICA

CENTRAL DE FORMAÇÕES

CURSOS | ENSINO À DISTÂNCIA

CONSULTORIA

ARQUITETURA | APLICATIVOS | SITES | OUTROS

EDITORIAL DIGITAL

LIVROS DIGITAIS | HTML5 | EPUB



As melhores soluções em acessibilidade para a sua empresa.

Sua escolha faz a diferença na história do seu projeto e na vida de muitas pessoas atendidas pela Fundação Dorina!



Fale com a nossa equipe:
(11)5087-0999 – opção 1
comercial@fundacaodorina.org.br
www.fundacaodorina.org.br



FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS

SOLUÇÕES EM ACESSIBILIDADE